

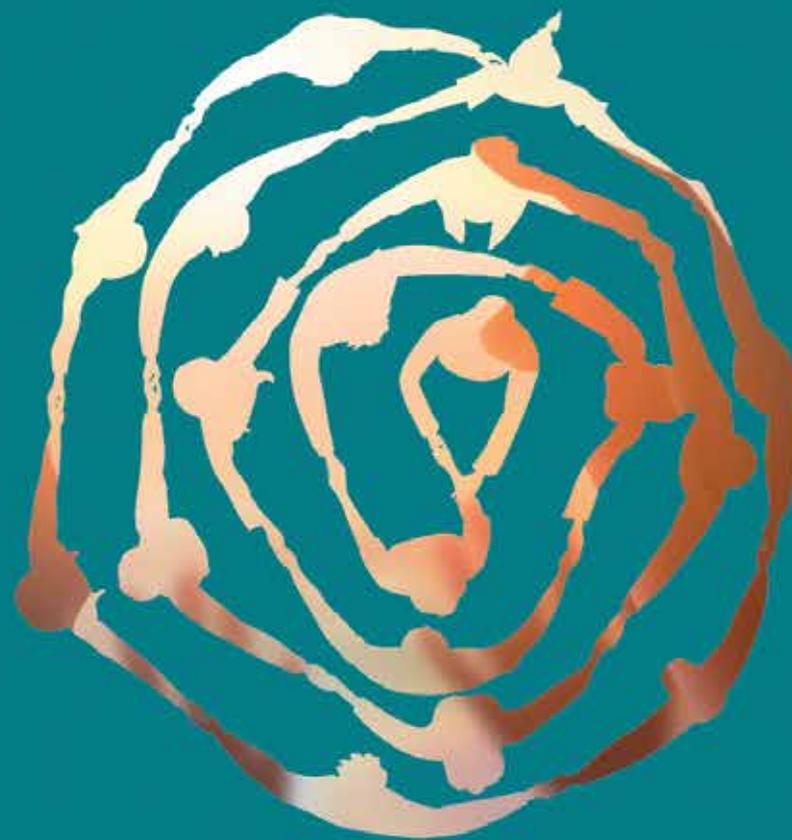


As IPSS nas
Políticas Sociais

VI Congresso

Viseu 7 e 8 junho 2022

Auditorium da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu - ITV



PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS

Instituições reclamam medidas que atenuem o aumento de custos



Confederação Nacional
das Instituições de
Solidariedade



SANTARÉM
Tânia Gaspar
assume
presidência
da UDIPSS



UISEU
Café Memória
assinalou sete anos
no regresso às sessões
presenciais



ÉVORA
Direção da CNIS
reuniu com órgãos
sociais das
Unões Distritais do sul

Eugénio Fonseca
Presidente da Confederação
Portuguesa do Voluntariado



A Política Melhor (I)

A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) é, e assim tem de continuar a ser, uma Organização não profissional. Durante os vários anos em que colaborarei com o, então, Secretariado Distrital da IPSS de Setúbal e, depois, com a CNIS, fui sempre perentório na recusa da existência de uma outra Confederação ou mesmo União profissional. A minha opção é a de uma maior participação dos dirigentes das instituições profissionais nas iniciativas das atuais Uniões e nas da CNIS.

Também não aceito que uma instância como a CNIS tenha um ideário político vinculado a qualquer ideologia partidária, mas que mantenha sempre a equidistância necessária à defesa da sua autonomia. Como, também, não tem de ser uma instância de oposição a qualquer governo, pese embora haver momentos de desentendimento sobre propostas de medidas políticas, de modelos de cooperação e de apoio às instituições. Pode até ser necessário tornar públicas as discordâncias e de assumir estratégias que incomodem, seja o Governo que for, mas que o único objetivo seja o desejo de uma maior coesão social.

Sempre pensei assim. Mas, a propósito de uma intervenção que me comprometi fazer, releí e aprofundei o capítulo V da magistral Carta Encíclica Fratelli Tutii sobre a Fraternidade e a amizade social. Independentemente das opções religiosas, crentes ou não crentes, seria muito bom para os dirigentes das IPSS a leitura desta Carta. Tendo em conta os desafios que a Europa, e com ela o nosso país, irão enfrentar nos próximos anos, permitam que partilhe convosco o pensamento do Papa sobre alguns temas do capítulo já referido relativo à área política conexos com a identidade, missão e valores das IPSS.

Escreve o Papa: Existem líderes populares capazes de interpretar o sentido de um de um povo, a sua dinâmica cultural e as grandes tendências de uma sociedade. O serviço que prestam, congregando e guiando, pode ser a base para um projeto duradouro de transformação e crescimento, que implica também a capacidade de ceder lugar a outros na busca do bem comum. (...) Mas degenera num populismo insano

quando se transforma na habilidade de alguém atrair consensos, a fim de instrumentalizar politicamente a cultura do povo, sob qualquer sinal ideológico ao serviço do seu projeto pessoal e da sua permanência no poder. (...) E o caso agrava-se quando se pretende, com formas rudes ou subtis, o servilismo das instituições e da legalidade. Um povo vivo, dinâmico e com futuro., é aquele que permanece constantemente aberto a novas sínteses, assumindo em si o que é diverso. E fá-lo não se negando a si mesmo, mas com a disposição de se deixar mover, interpelar, crescer, enriquecer por outros, e assim poder evoluir. Este é o maior desafio hodierno que se coloca aos dirigentes das IPSS. Por um lado, apresentem-se como expressões organizadas do povo da área geográfica abrangente e estabelecerem, com regularidade, formas de diálogo e relação com esse povo; por outro, procurarem estar atentos às transformações que vão acontecendo e abrirem-se a programas, estratégias e ações inovadoras para não travarem a evolução das suas IPSS; há ainda que cuidar, com determinação, da autonomia das instituições, recusando qualquer forma, como diz Francisco, de servilismo ou de determinações legais, mas que possam não ser justas ou desajustadas à realidade do povo que representam; finalmente, ter-se a convicção de que nenhuma IPSS sozinha conseguirá resolver, com eficácia, qualquer problema e que o isolamento só enfraquece, devendo, por isso, estarem disponíveis para fazerem parcerias, que o sejam, de verdade, e não como muitas que existem em que há discriminação institucional, dando maior preponderância a umas que a outras, contrariando o princípio fundamental da democracia que é o da participação livre. As IPSS são espaços propícios à evolução pela proximidade que têm às realidades concretas de cada comunidade humana. Por isso, são indispensáveis para a construção de um progresso integral.

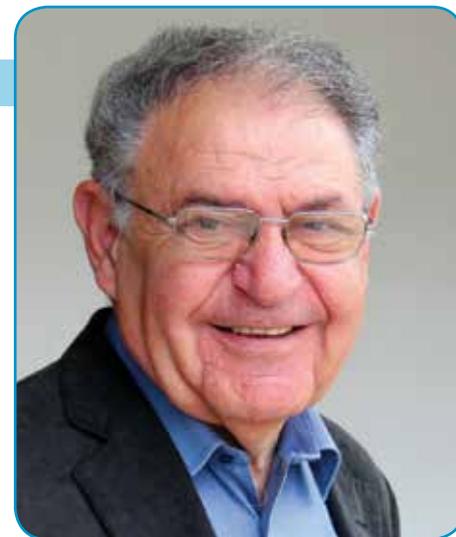
Voltemos ao pensamento de Francisco: ... através dos vários recursos que as instituições de uma sociedade organizada, livre e criativa são capazes de gerar. (...) O amor ao próximo é realista e não desperdiça nada que seja necessário para uma transformação da história, que beneficie

últimos. (...); entretanto, a multidão dos abandonados fica à mercê da possível boa vontade de alguns. Isto demonstra que é necessário fazer crescer não só uma espiritualidade da fraternidade... A solidariedade social, que se alicerça, no mínimo, na designada “amizade social”, mas que será mais consistente se tiver como fundamento o amor. Este maior valor humano tem uma expressão muito nítida no respeito e defesa da dignidade humana, com particular atenção pelos que pertencem à “multidão dos abandonados”. É por isso, que nenhum ser humano deve ficar sem apoio de qualquer IPSS só por não ter meios monetários. Seria uma traição à identidade e missão que alguma IPSS excluísse dos seus apoios cidadãos e cidadãs pela sua incapacidade financeira. É óbvio que estas instituições têm como finalidade a inclusão social e não promoverem qualquer tipo de guetização. Ou seja, não defendo que as IPSS sejam só para os abandonados pela sociedade, mas devem dar lugar, preferencialmente, a esses. Para isso o apoio estatal tem de ser maior e positivamente diferenciado. Porque considero importante propor à reflexão dos leitores, fundamentalmente aos que gerem instituições sociais, permitam-me que continue, nos próximos textos, a sublinhar alguns apontamentos do pensamento de Francisco. Julgo que proporcionará um enriquecimento pessoal e como cidadãos comprometidos. Atrevo-me até a sugerir que estas minhas propostas, que não substituem a riqueza de conhecer todo o conteúdo da Carta Encíclica em análise, possam ser, até mesmo, comentadas numa das próximas reuniões de Direção de cada uma das IPSS.

A prática da cidadania tem vindo a enfraquecer-se. Com a COVID 19, por razões já conhecidas, mas por outras que ainda devem ser objeto de estudo, a sociedade civil está a perder as sinergias de intervenção sociopolítica. Uma sociedade assim é anímica e coloca em risco a robustez da democracia. Por isso, é imperioso que os agentes sociais assumam também a missão de “fazedores de opinião” e, para esse efeito, subsídios que promovam novos conhecimentos são indispensáveis. Conto com o interesse dos estimados/as leitores/as.

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



Orçamento de Estado para 2022

1. No dia 29 de abril, seis meses depois de uma primeira tentativa, foi aprovado na generalidade o Orçamento do Estado (OE) para 2022. Entre os dias 2 e 27 de maio a proposta de lei do Governo segue para discussão na especialidade. A votação final global está marcada para 28 de Maio. Não é expectável que o documento venha a sofrer grandes alterações nas medidas relativas aos rendimentos das famílias, aos apoios às empresas ou mesmo ao leque de impostos.

Entre a entrega do Programa de Estabilidade (final de março) e a do Orçamento do Estado para 2022 (meados de abril), o Governo reviu em baixa a previsão de crescimento da economia de 5% para 4,9% – na primeira versão do orçamento, em outubro, a previsão era de 5,5%.

O documento prevê um défice público de 1,9% do PIB, que representa uma redução de 0,9 pontos percentuais em relação ao registado ano passado – e é uma revisão em baixa face aos 3,2% previstos em outubro na proposta que tinha sido chumbada. Relativamente à dívida pública, o OE mantém o objetivo de redução deste indicador de 127,4% do PIB em 2021 para 120,7% em 2022.

Em relação à evolução dos preços, a revisão foi mais acentuada, muito por causa da crise provocada pela invasão da Ucrânia pela Rússia: a taxa de inflação harmonizada prevista é agora de 4%.

O Orçamento não entrará em vigor antes de julho.

2. No que ao apoio às famílias e ao combate à pobreza concerne, o OE para a Segurança Social anuncia o alargamento da Rede Creche, com 10 mil novas vagas, a gratuidade das creches para crianças do 1º e 2º escalão (35 mil crianças) e a gratuidade progressiva para todas as crianças até 2024, uma nova prestação para crianças e jovens em situação de pobreza

extrema, o reforço do abono de família para crianças e jovens até aos 18 anos para garantir 600 euros anuais até 2023, prestações de parentalidade com incentivos à partilha entre homens e mulheres nas licenças parentais e às licenças de trabalho a tempo parcial e o reforço da dedução fiscal a partir do segundo filho até aos 6 anos.

Quanto às pensões de velhice, no OE é referida a atualização regular das pensões verificada em janeiro e anunciado o aumento extraordinário de 10 euros, retroativo a janeiro, para pensões de velhice até aos 1.108 euros.

No que à promoção do envelhecimento ativo e saudável se indica, o OE anuncia a criação de 278 equipas no Radar Social, a aposta em modelos de habitação colaborativa e aldeias seniores, uma nova geração de Serviço de Apoio Domiciliário com mais 34 mil pessoas abrangidas e o aumento de requalificação de respostas sociais com o Pares 3.0, com a intervenção em 39 mil lugares em resposta para idosos.

Quanto à Inclusão de Pessoas com Deficiência, o OE prevê a abertura de 1.445 novas vagas em Centros de atividades e capacitação para a inclusão (CACI), 1.330 novas vagas em Lares residenciais e 240 novas vagas na nova geração de residências de autonomização e inclusão, o lançamento do programa de apoio à contratação e empregabilidade, um programa de Intervenção em habitações, para melhoria das acessibilidades, o reforço do Modelo de apoio à vida independente e a Implementação do novo regime de antecipação da idade de pensão de velhice por deficiência.

Com os Acordos de Cooperação com o Sector Social e Solidário, o OE 2022 prevê 1.759 milhões de euros, ou seja, mais 81 milhões de euros do que em 2021.

3. Repete-se, em 2022, o OE prevê um

aumento de 81 milhões de euros para os Acordos de Cooperação. Em 2021 o aumento fora de 69 milhões, mas em 2020 havia sido de 99 milhões...

O OE prevê novas respostas sociais e aumento de lugares ou vagas em algumas respostas sociais, com impacto no aumento previsto para os Acordos de Cooperação. Para além disso, se considerarmos o impacto do aumento da remuneração mínima mensal garantida (necessário), a necessidade de revisão das tabelas salariais do Sector Social e Solidário (justificável), o aumento da massa salarial (sistemático), a inflação (elevada), o aumento dos custos nas respostas sociais (habitual) e o aumento dos custos com a pandemia e com as sequelas da invasão bélica na Ucrânia (extraordinário) e o que está consagrado no Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social de 23 de dezembro último (para cumprir), o aumento é manifestamente insuficiente (inaceitável).

O Pacto de Cooperação prevê uma participação equitativa do Estado na generalidade das respostas sociais (50%), desejavelmente a vir a ser assegurada até ao fim da presente legislatura (está em cerca de 38%) – nos Lares de infância e juventude e nas respostas sociais para Pessoas com deficiência a comparticipação do Estado tem de ser manifestamente superior ou total, como no caso dos LIJ.

Durante quase 30 dias o Orçamento do Estado para 2022 é discutido na especialidade: pode ser melhorado. Quase simultaneamente, serão negociadas as atualizações dos Acordos de Cooperação: a sustentabilidade é tema prioritário.

Recorda-se a eventual consagração de um imposto já existente à proteção social, a revisão do regime fiscal e, obrigatoriamente, a garantia da participação equitativa do Estado...

As IPSS nas Políticas Sociais

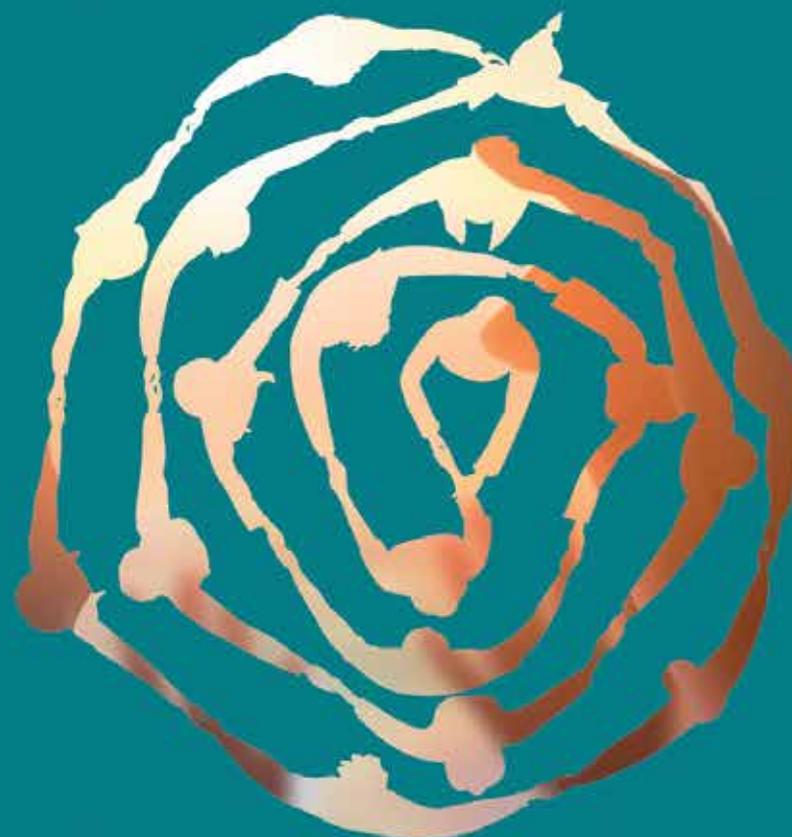
VI Congresso

Viseu - 7 e 8 Junho 2022

Associação da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu - IPV



Confederação Nacional
das Instituições de
Solidariedade



Confederação Nacional
das Instituições de
Solidariedade

PROGRAMA

DIA 7 DE JUNHO

9:30	Receção dos participantes
10:00	Abertura do Congresso
10:30	Conferência: O PILAR EUROPEU DOS DIREITOS SOCIAIS
11:00	Painel I: O TRIÂNGULO DA COOPERAÇÃO: ESTADO, PODER LOCAL E O SETOR SOCIAL E SOLIDÁRIO
12:30	Debate
13:00	Intervalo para almoço livre
14:30	Painel II: QUE MODELOS DE REGULAÇÃO PARA O SETOR SOCIAL E SOLIDÁRIO?
16:30	Debate
17:30	Visita Cultural
20:00	Jantar do Congresso

DIA 8 DE JUNHO

10:00	Painel III: A COOPERAÇÃO EM AÇÃO - PRÁTICAS INOVADORAS
12:30	Debate
13:00	Intervalo para almoço livre
14:30	Painel IV: DESAFIOS E CONSTRANGIMENTOS NA RELAÇÃO DAS IPSS COM O ESTADO
16:00	Debate
16:30	Encerramento do Congresso



DIREÇÃO DA CNIS REUNIU COM ÓRGÃOS SOCIAIS DAS UDIPSS DO SUL DO PAÍS

Temos um Estado que se diz parceiro e que se comporta como patrão

A Direção da CNIS encetou a ronda de reuniões com os membros dos órgãos sociais das Uniãoes Distritais em Évora, onde, para além da UDIPSS anfitriã, estiveram ainda representadas a UDIPSS Beja e URIPSS Algarve.

Na reunião com as associadas intermédias do sul do país – faltou apenas a representação da UDIPSS Portalegre –, o padre Lino Maia começou por dizer que o encontro, mais do que “uma reunião de trabalho, serve para conhecimento mútuo”.

Apesar disso, a sessão de trabalho foi bastante rica, com participações diversas. O vice-presidente da CNIS, Eleutério Alves, que presidiu aos trabalhos, sublinhou, no lançamento da sessão, que esta não era uma reunião técnica, mas devia servir para “pensar o Sector Social Solidário”.

“O que queremos que seja o Sector Social Solidário? E como chegamos a isso?”, questionou, sugerindo estas matérias como ponto de partida para os trabalhos, em que a identidade, autonomia e sustentabilidade como fios condutores da troca de ideias.

“Olhemos para a Identidade. Quem somos? O que somos? Mas também para a Autonomia. O que fazer para não fazermos apenas o que a Segurança Social quer? E, claro, a Sustentabilidade. Quem paga os serviços? Somos nós apenas gestores de custos?”, sustentou Eleutério Alves, em jeito de desafio aos presentes.

Logo na primeira intervenção dos elementos das Uniãoes Distritais, Vítor Igreja, de Beja, respondeu ao repto do vice-presidente da CNIS e foi bastante afirmativo: “Estamos num bloqueio sobre o que são as IPSS. O nosso foco deve ser exigir do Estado uma comparticipação de acordo com os serviços prestados e não esmolas! Estamos a ser brandos com o Estado”.

Para o presidente da Direção da UDIPSS Beja, “é altura das IPSS mostrarem a sua importância”, frisando que “é difícil gerir as instituições com os limites impostos pelo Estado”.

“Aliás, nós não gerimos, somos gestores de custos! Não podemos mexer nas receitas, porque não podemos mexer nas mensalidades, e o Estado é que define o que paga às instituições”, asseverou, alertando: “O modelo de cálculo das comparticipações das famílias está desatualizado. E o modelo da gratuitidade da creche vai levar ao fecho de muitas respostas”.

Aliás, esta situação foi confirmada, mais à frente na sessão, pelo diácono Luís Rodrigues que, numa das instituições a que está ligado, já tinha sido fechado um Centro de Acolhimento Temporário, em 2019 e “agora vamos fechar a creche”.

Pelos constrangimentos diários na gestão das instituições, as questões financeiras são fulcrais no seu quotidiano.

“O Estado tem que subir as comparticipações, porque se o Estado tivesse que tivesse que assegurar as respostas teria que suportar todos os custos, portanto atingir os 50% na comparticipação das respostas é o mínimo que pode fazer”, sustentou João Penetra, da UDIPSS Évora.

A este propósito, numa fase mais adiantada da reunião, o padre Lino Maia voltou a frisar que “dos atuais cerca de 38% de comparticipação para os acordados 50% não acontecerá de uma vez só, mas ao longo da legislatura, apesar do primeiro-ministro ter dito que poderia ser mais cedo”... e rematou: “Não acredito”.

E se os problemas com a sustentabilidade são prementes, os ataques à autonomia das instituições continuam na ordem do dia.

“A autonomia das instituições está de rastos”, afirma Luís Rodrigues, de Évora, especificando: “Temos um Estado que se diz parceiro e que se comporta como patrão, que fiscaliza e castiga”.

Também José Carreiro, presidente da Direção da União Regional do Algarve, afinou pelo mesmo diapasão.

“Temos assistido a uma agressão do nosso parceiro”, acusou, exemplificando: “Houve recentemente uma fiscalização em que a técnica estava preocupada com a situação dos sócios votantes e se tinham as quotas em dia. Então, onde é que está a autonomia?”.

“Temos que ser respeitados como parceiro pelo Instituto da Segurança Social”, pugnou Ana Duarte, de Évora, salientando que é necessária uma parceria efetiva, “com uma relação

de confiança com o Estado, sabendo que nem sempre se consegue tudo o que se quer, porque o Estado é pobre”.

Para a dirigente da UDIPSS Évora, exige-se “uma parceria verdadeira com o Estado e uma CNIS forte para exigir o que é necessário”.

Já anteriormente, José Carreiro defendera o mesmo: “Queremos uma CNIS forte nas negociações. Nós estamos aqui para dar a força necessária para negociar o que queremos”.

Entre os muitos temas (e problemas) colocados em cima da mesa, o da gratuitidade da creche e todas as dúvidas que pairam sobre a matéria foi um dos mais referidos.

Ainda antes de Filomena Bordalo, assessora da Direção da CNIS, ter explicado que a CNIS pediu esclarecimentos ao ISS, que ainda aguarda, Luís Amaro, de Beja, argumentou que o modelo como foi comunicado “defende as famílias, mas não defende as instituições e isto significa que não está a defender as famílias”.

Também a temática dos trabalhadores, com destaque para a dificuldade em contratar devido aos baixos salários, o padre Lino Maia foi, uma vez mais, claro: “Precisamos de valorizar os trabalhadores das IPSS. Os trabalhadores merecem mais”.

A fechar, Tiago Abalroado, líder da UDIPSS Évora, não só sublinhou a importância de repetir estas reuniões, “mas também as Uniãoes do sul devem juntar-se”.

A próxima reunião da Direção no seu périplo nacional será em Santarém e juntará, para além da anfitriã, as UDIPSS Lisboa e Setúbal.



CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE GLÓRIA DO RIBATEJO

ERPI vai reforçar respostas sociais

O CBESGR – Centro de Bem Estar Social de Glória do Ribatejo, realizou no passado dia 19 de março no Espaço Jackson, em Glória do Ribatejo, uma apresentação à Comunidade do trabalho que tem desenvolvido ao longo dos anos, e que vai agora ser reforçado, com a implementação da resposta social ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas. O Diagnóstico à Atividade Económica, Financeira e Funcional do CBESGR, da responsabilidade do Gabinete de Auditoria da CNIS, foi apresentado pela Dra. Joana Vaz, Senior Consultant responsável pelo gabinete, e pela Dra. Joana Ramos, Associate Consultant do referido Gabinete, de onde se retiraram as conclusões de que, financeiramente, a Instituição encontra-se razoavelmente equilibrada, com resultados de exploração positivos, sem problemas de liquidez na tesouraria, e funcionalmente está bem estruturada e com segurança para a implementação da resposta social ERPI. O Presidente da Direção do CBESGR, Rogério Monteiro, fez a apresentação pública das obras a executar, para a implementação da ERPI. O Presidente da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, Hélder Esménio, relevou a importância das IPSS para o município, na resolução dos imensos problemas do dia a dia, bem como, da importância



estratégica das obras que o CBESGR irá realizar, disponibilizando o necessário apoio por parte da entidade que gere. Não deixou, no entanto, de afirmar, que se não houver uma reprogramação financeira por parte do Estado Central, para as obras aprovadas no âmbito do PARES 3ªG, muitas não terão hipótese de ser concretizadas, face aos aumentos das matérias-primas e da mão de obra. Pela UDIPSSS interveio Tânia Gaspar, que realçou o excelente relacionamento entre as duas Instituições, relevando o alto sentido de sustentabilidade que preside à gestão do CBESGR. Interveio de seguida

o Presidente da União de Freguesias de Glória do Ribatejo e Granho, João Batista de Oliveira, afirmando que a UFGRG é um verdadeiro parceiro do setor social e solidário, representado pelo CBESGR. A Segurança Social representada pelo Diretor do Centro Distrital de Santarém – Renato Bento, que na sua intervenção enalteceu a gestão responsável do CBESGR, como o demonstram os resultados apresentados pelo Gabinete de Auditoria da CNIS. Fez ainda referência às políticas públicas na área do Social, com destaque para o Programa PARES 3ªG e o PRR.

CONGRESSO NACIONAL DA REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

Primeiro-ministro diz que níveis de pobreza laboral são intoleráveis

O primeiro-ministro, António Costa, considerou “intoleráveis” os níveis de pobreza laboral que se registam em Portugal e apontou o combate à precariedade e à intermitência laboral como “absolutamente essencial”. “Mas não podemos ignorar que vivemos numa sociedade onde, apesar do salário mínimo nacional ter aumentado 40% e estar hoje, claramente, acima do limiar de pobreza, persistem níveis intoleráveis de pobreza laboral, cerca de 10% de quem declara rendimentos do trabalho está abaixo do limiar de pobreza”, afirmou António Costa, no Porto, na abertura do Congresso Nacional da Rede Europeia Anti-pobreza.

O chefe do Governo explicou que a “causa fundamental” daquela situação está relacionada com

a existência de “rendimentos intermitentes” e com o facto de muitos trabalhadores terem rendimentos inferiores a 12 ou 14 meses de salário. “Por isso, o combate à precariedade e à intermitência laboral é absolutamente essencial”, salientou António Costa.

Para António Costa, no âmbito da erradicação da pobreza, “as políticas de habitação têm uma posição absolutamente central”, lembrando o papel também “absolutamente central” do Plano de Resolução e Resiliência.

O primeiro-ministro admitiu que “é um esforço enorme aquilo que é solicitado a todos, autarquias locais, instituições do setor solidário e social e também à administração central”, mas que é essencial.

A pobreza, para António Costa, “fere a dignidade humana, mina a coesão social e a democracia e é uma vulnerabilidade económica para o desenvolvimento do país” pelo que, salientou, “o combate à pobreza foi e é e será um objetivo central deste Governo”.

Como exemplo, apontou o alargamento a mais 70 mil famílias do apoio de 60 euros para atenuar o impacto do aumento dos preços da alimentação, que na sexta-feira foi pago aos beneficiários da tarifa social de eletricidade.

“Este benefício será ainda atribuído a mais 70.000 famílias que, apesar de não beneficiarem da tarifa social de eletricidade, têm prestações sociais mínimas e que beneficiarão, por isso, também deste apoio extraordinário”, explicou.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS LAMEIRAS, VILA NOVA DE FAMALICÃO

Protocolo com a CESPU para prestação de cuidados dentários a utentes e colaboradores

No passado dia 20 de abril, a Associação de Moradores das Lameiras (AML) e a Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário (CESPU) formalizaram um protocolo de colaboração para benefício das duas partes.

Jorge Faria, presidente da AML, e Filomena Salazar, presidente do Conselho de Administração da CESPU, e José Carlos Cruz, vogal do Conselho de Administração da CESPU, foram quem rubricou o protocolo, que permitirá aos utentes das diferentes respostas sociais e colaboradores da AML

beneficiarem de rastreios e tratamentos médico-dentários a custos reduzidos, especialmente nas situações de maior vulnerabilidade financeira.

Jorge Faria salientou que “esta parceria vai permitir aos utentes e colaboradores da instituição beneficiarem de um dos serviços mais relevantes na área da saúde que são os cuidados dentários, assegurados por uma das entidades de referência nesta área específica, como é a CESPU”.

Assim, a AML e a CESPU pretendem com esta parceria, de forma profilática, ter uma intervenção

precoce em problemas que possam existir ou, então, detetar situações que carecem de intervenção urgente. Neste sentido, já foi iniciado um processo de avaliação/rastreio aos utentes da ERPI, do Centro de Dia, do Pré-escolar e do CATL.

Esta é também uma forma dos estudantes CESPU do último ano, dos diferentes cursos da área médico-dentária, terem uma experiência em contexto real de trabalho, sempre acompanhados pelos professores desse estabelecimento de ensino.

UDIPSS SANTARÉM

Tânia Gaspar assume presidência após renúncia de Mário Machado

Face à renúncia de Mário Machado à presidência da UDIPSS Santarém, Tânia Gaspar, até agora vice-presidente, assume a liderança da União.

Em cerca de ano e meio, esta é a quarta mudança na presidência da Direção da UDIPSS Santarém, mas seguramente a mais pacífica e de maior continuidade.

Em comunicado, o presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Simões Marques, informa que o pedido de renúncia de Mário Machado se deve, “no âmbito da política de conflito de interesses da função exercida, uma vez que iniciou funções profissionais no ISS”.

Embora lamentando, o presidente da Mesa da Assembleia Geral mostra-se “plenamente convicto que a Dra. Tânia Gaspar, quer pelo seu percurso quer pela sua dedicação ao Sector Social Solidário, através das várias instituições que integra a nível profissional e de voluntariado, está à altura dos desafios que hoje se colocam ao nosso Sector, sendo, deste modo, uma mais-valia para a nossa União e para todas as suas Associadas”, lê-se no

comunicado.

Após reunião de todos os órgãos sociais da UDIPSS, ficou consensualizado que a Direção ficará com o seguinte elenco: Presidente: Tânia Gaspar; Vice-presidente: Renato Simões; Secretária: Antonina Oliveira; Tesoureiro: José Carlos Rodrigues; Vogal: Sara Venceslau; Suplente: Padre Ricardo Madeira.

FORMAÇÃO

A UDIPSS Santarém promove no dia 18 de maio, uma formação certificada subordinada ao tema «O Código dos Contratos Públicos (Formação do Contrato) - O Ajuste Direto e a Consulta Prévia».

Como se sabe, o Código dos Contratos Públicos, que rege o fornecimento de bens e serviços às entidades públicas, contempla trâmites específicos que as entidades de direito privado devem conhecer e cumprir, para garantirem o sucesso das suas propostas.

A formação, que decorrerá no Auditório do Lar de Santa Beatriz da Silva, em Fátima, tem por objetivo proporcionar aos participantes



um conjunto de conhecimentos que permitam dominar os principais contornos do Código dos Contratos Públicos.

Manuela Paula Castro, licenciada em Direito e pós-graduada em Direito dos Contratos Públicos, ministrará a formação que é, especialmente, dirigida aos elementos das Direções, Direções Técnicas, Contabilistas, Responsáveis Financeiros/Administrativos.

A formação tem uma carga horária de sete horas, sendo o valor da inscrição: 60 euros para as associadas das Uniãoes Distritais de Santarém, Lisboa e Setúbal; e 85 euros para os restantes.

PORTUGAL VOLUNTÁRIO

Está a decorrer o quarto período de candidaturas à medida Apoio ao Voluntariado

No passado dia 1 de abril foi lançado o quarto período de candidaturas à medida Apoio ao Voluntariado e que termina no próximo dia 30 de setembro.

A medida Apoio ao Voluntariado, financiada pelo Portugal 2020, foi criada pela Portaria n.º 389/2018, de 31 de julho, e consiste na atribuição de um apoio financeiro às organizações promotoras de voluntariado, que desenvolvam ações de voluntariado de continuidade no domínio da ação social, para fazerem face às despesas em que incorrem com os seguros de acidentes pessoais e responsabilidade civis dos voluntários que enquadram.

Gerido pela CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, o Apoio ao Voluntariado tem por objetivo potenciar o desenvolvimento de um voluntariado de continuidade, com qualidade, consciente e responsável.

Desde que este apoio foi criado, a CASES, entre as plataformas Portugal Voluntário e Cuida de Todos (esta especificamente para o combate à pandemia), conseguiu uma bolsa de mais de oito mil voluntários, a que as instituições sociais têm utilizado menos do que o desejado.

“O voluntariado é uma prática relativamente recente em Portugal e temos ainda uma presença muito forte do Estado na sociedade. Agora, o que conseguimos perceber é que muitas organizações olham para os voluntários, primeiro, como mais uma situação em vão ter trabalho e colocam em causa se têm disponibilidade para preparar e coordenar os voluntários”, dizia no final de 2021 Carla Ventura, da CASES, e acrescentava: “Há organizações que já percebem, mas muitas mais precisam de entender que têm muito a ganhar tendo voluntários na sua estrutura. Por exemplo, passear com utentes numa excursão, pintar uma parede, fazer uma apanha de lixo são tudo situações que podem ser feitas através do voluntariado, sem as organizações sobrecarregarem os funcionários”.

O voluntariado, mais do que um encargo, “é uma mais-valia para o quotidiano das instituições”, garantia Carla Ventura, lembrando que assim, “entram mais na comunidade, dão-se a conhecer a mais pessoas”.

O quarto período de candidaturas tem uma dotação orçamental de 205 mil euros e termina às 18h00 do dia 30 de setembro de 2022, nos termos do Aviso de Abertura.



A candidatura à medida Apoio ao Voluntariado é efetuada pelas organizações promotoras de voluntariado na plataforma digital www.portugalvoluntario.pt. Caso ainda não estejam registadas, as instituições deverão efetuar o registo prévio. A CASES aconselha ainda a que, antes de apresentarem candidatura, as instituições consultem o Regulamento e verifiquem as regras de acesso a esta medida.

FUNDAÇÃO BETÂNIA, BRAGANÇA

Serviço de Apoio Domiciliário distinguido com Prémio Cinco Estrelas Regiões 2022

O Serviço Apoio Domiciliário (SAD) da Fundação Betânia está de parabéns, pois foi distinguido com o Prémio Cinco Estrelas Regiões 2022.

A Fundação Betânia foi uma das 112 marcas vencedoras, entre as 912 que foram avaliadas nas diferentes regiões do país, com participação ativa nos testes de mais de 425.000 consumidores.

O SAD da instituição de Bragança mereceu o reconhecimento, com destaque para a qualidade, dentre os restantes serviços apurados para a avaliação e votação.

O Prémio Cinco Estrelas Regiões é um sistema de avaliação que mede o grau de satisfação que os produtos, serviços e as marcas conferem aos seus utilizadores, com o objetivo de identificar, avaliar e premiar o que Portugal tem de melhor, nas diferentes regiões e categorias de consumo. Utiliza uma metodologia completa e rigorosa, tendo como critérios de avaliação as principais variáveis que influenciam a decisão de compra dos consumidores, com a implementação de diferentes fases de testes e estudos de mercado distintas e complementares.

Num ano em que assinala 25 anos ao serviço da comunidade mais idosa e vulnerável, a Fundação Betânia recebeu de prenda a distinção do seu Serviço de Apoio Domiciliário, pela qualidade do serviço aos 25 utentes que apoia.

“A Fundação Betânia tem nos seus objetivos o envolvimento de toda a equipa, em todas as áreas, desde os cuidados de higiene e limpeza, à alimentação, aos cuidados de saúde e até à animação, para alcançar melhores resultados de satisfação para o utente”, sustenta Paula Pimentel, presidente da instituição, acrescentando: “Cada utente importa, assim como cada colaborador pode fazer a diferença. E é desta



entrega e envolvimento que a Betânia constrói, dia a dia, o conceito de família”.

Dado o envelhecimento da população no território brigantino, a procura de respostas

sociais se acentua mais a cada dia que passa. A Fundação Betânia “tem sentido essa procura e tenta, em cada momento, dar a melhor resposta possível”, assegura Paula Pimentel.

PRÉMIO BPI SENIORES

Candidaturas abertas até 23 de maio e 1,3 milhões de euros para distribuir

Estão abertas até 23 de maio as candidaturas para a 10ª edição do Prémio BPI Fundação «la Caixa» Seniores, iniciativa que visa apoiar projetos de entidades do Terceiro Sector destinados a promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas mais velhas, proporcionando-lhes uma vida mais independente e autónoma, em especial àqueles que vivem em situação de solidão.

Com uma dotação reforçada para 1,3 milhões de euros, o Prémio BPI Seniores pretende apoiar respostas sociais, prioritariamente, nas seguintes áreas: promoção da autonomia pessoal e apoio às atividades diárias; prevenção da fragilidade; intervenção em situações de solidão não desejada e em isolamento social e digital; dinamização do envelhecimento ativo, nomeadamente na promoção de hábitos de vida

saudáveis; incentivo a ações comunitárias e de voluntariado; e apoio da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de dependência, doença crónica ou cuidados paliativos.

O Prémio Seniores, desde 2013, já distinguiu 252 projetos, contribuindo com 6,2 milhões de euros e tendo ajudado a melhorar a vida de mais de 62 mil pessoas.

As instituições privadas sem fins lucrativos podem apresentar as suas candidaturas até 23 de maio, podendo consultar informação mais detalhada sobre o processo nos sites do BPI e da Fundação «la Caixa».

ISENÇÃO

O BPI, no âmbito do seu programa de promoção de finanças inclusivas, criou uma

modalidade em que as IPSS ficam isentas do pagamento de comissões de manutenção de todas as contas de depósito, incluindo as contas multiproducto.

Em particular, as contas multiproducto disponibilizam os principais serviços de que as IPSS necessitam para a gestão diária da sua atividade de apoio social, incluindo transferências gratuitas (não imediatas) através dos canais digitais do BPI, cartões de débito e de crédito, entre outras operações.

Esta isenção é atribuída a todas as entidades com CAE das classes 87 e 88 – atividades de apoio social com ou sem alojamento, respetivamente, incluindo creches, lares, centros de dia, unidades de reinserção social, entre outras respostas sociais.

OBRAS SOCIAIS DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE VISEU

Café Memória regressou às sessões presenciais e celebrou sete anos em terras de Viriato

No passado dia 23 de abril foi, finalmente, possível retomar as sessões presenciais do Café Memória e ainda celebrar sete anos do projeto em Viseu.

A sessão contou com a presença do professor Carlos Vasconcelos, da ESEV, que abordou o tema «A importância da atividade física para uma vida mais independente», naquele que foi um importante momento de descontração e aprendizagem para o dia-a-dia.

Como se sabe, a pandemia obrigou à interrupção do regular funcionamento do Café Memória e, durante os últimos meses, foram realizadas sessões na modalidade online, intituladas «Café Memória Fica em Casa».

O regresso às sessões presenciais do Café Memória de Viseu aconteceu no espaço da Escola Superior de Educação de Viseu.



Assim, esteve, mais uma vez, à disposição das pessoas com problemas de memória ou demência, aos seus familiares, amigos e cuidadores e comunidade em geral um projeto que potencia a partilha de experiências e suporte mútuo, alicerçado num grupo de voluntários e em parcerias, locais e nacionais, profícuas.

O Café Memória é um local de encontro, onde os participantes podem encontrar um ambiente acolhedor, reservado e seguro em que se facilita a interação entre todos, se oferece apoio emocional, informação útil e se promove a participação das pessoas em atividades lúdicas e estimulantes, com o apoio de profissionais de saúde ou de ação social, num contexto informal.

A missão do Café Memória consiste em reduzir o isolamento social em que muitas das pessoas com demência e os seus familiares e cuidadores se encontram, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida.

Por outro lado, pretende ainda sensibilizar a comunidade para a relevância crescente do tema das demências, mitigando o estigma que lhe está associado.

LAR DO COMÉRCIO, MATOSINHOS

TIC manda ex-presidente e diretora de serviços para julgamento por maus-tratos a utentes

O Tribunal de Instrução Criminal (TIC) de Matosinhos decidiu levar a julgamento um ex-presidente e uma diretora de serviços do Lar do Comércio por 67 crimes de maus-tratos, 17 deles agravados pelo resultado morte.

A Procuradoria-Geral Regional do Porto (PGRP) referiu que o TIC de Matosinhos pronunciou os arguidos e a própria instituição nos exatos termos da acusação do Ministério Público (MP), depois de estes terem requerido a abertura de instrução.

Segundo a acusação do MP, entre janeiro de 2015 e fevereiro de 2020, o antigo presidente e a diretora de serviços do Lar do Comércio, IPSS de Matosinhos, “violaram os deveres inerentes aos cargos que ocupavam”.

O MP sustenta que os arguidos, “apesar de saberem que a instituição dispunha de meios económicos para o fazer, por razões de diminuição e contenção de gastos”, não contrataram médicos, funcionários e enfermeiros necessários “para assegurar o conforto e cuidados mínimos aos utentes”, deixando também de comprar equipamentos, mobiliário e produtos de higiene e terapêuticos, como apósitos para escaras, colchões anti-escaras, fraldas e suplementos proteicos.

“[O MP] Considerou ainda indiciado que os arguidos atuaram com a consciência de que as suas condutas resultariam na falta de cuidados na saúde, na higiene, na alimentação, na atenção, nos afetos, no entretenimento e socialização dos residentes acamados, determinando o agravamento do estado de saúde, provocando-lhes mazelas físicas e sofrimento físico e



psíquico, atentando contra a dignidade da pessoa humana, como ocorreu em cinquenta dos utentes ali internados”, indica a PGRP, que cita a acusação do MP.

Os arguidos, ainda de acordo com a acusação, deduzida em 27 de julho de 2021, “atuaram também com a consciência que a omissão dos cuidados aos utentes poderia causar-lhes a morte, como veio a suceder com 17 dos utentes ali internados”.

O despacho de pronúncia do TIC de Matosinhos foi proferido em 19 de abril deste ano.

Em 15 de maio de 2020, a Procuradoria-Geral da República (PGR) revelou que instaurou um inquérito, a correr termos no Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) do Porto, à atuação da instituição social, onde foram, até àquela data, contabilizadas 21 mortes devido à Covid-19.

Em 2020, o Lar do Comércio teve mais de 100 idosos infetados com Covid-19, 24 dos quais acabaram por morrer, segundo o relatório de “averiguação sobre o surto da Covid-19”, um documento de 23 páginas.

O relatório precisa que os indícios abrangem violação de Direitos Humanos e de Direitos de Liberdade e Garantias, nomeadamente o Direito à Vida (artigo 24.º da Constituição) à Integridade Pessoal (25.º), à Liberdade e à Segurança (27.º) e à Saúde (64.º).

Além do “incumprimento reiterado” das inconformidades verificadas nas vistorias conjuntas da Proteção Civil, Serviço Social da Câmara Municipal de Matosinhos, Unidade Local da Saúde Pública e Segurança Social, o relatório sublinha a “ausência de informação acerca do estado de saúde de residentes aos seus familiares”.

JÁ COMEÇOU A SER PAGO

Apoio de 60 euros para as famílias mais vulneráveis

O apoio de 60 euros às famílias mais vulneráveis, criado para atenuar o impacto do aumento dos preços dos bens alimentares, foi pago às 762.320 famílias que, em março, eram beneficiárias da tarifa social de eletricidade.

Segundo uma nota publicada no portal da Segurança Social, o apoio de 60 euros “será pago uma só vez” no dia 29 de abril, uma informação confirmada pela ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho.

O apoio destina-se às famílias beneficiárias da tarifa social de eletricidade por referência ao mês de março de 2022 que, segundo a Direção-geral de Energia e Geologia, ascendia a 762.320. “A atribuição do apoio é automática, sendo o pagamento efetuado preferencialmente para a conta bancária para maior celeridade”, pode ler-se na nota da Segurança Social.

O apoio foi entretanto alargado aos beneficiários de prestações sociais mínimas que não estão abrangidos pela tarifa social de energia e, neste caso, será pago em maio a cerca de 68 mil beneficiários, segundo o Governo.

O diploma define que têm direito ao apoio as famílias “que não sejam beneficiárias da TSEE [Tarifa Social de Eletricidade], mas em que pelo menos um dos membros do agregado familiar seja beneficiário de uma das prestações sociais mínimas” previstas no diploma, por referência a março de 2022.

As prestações em causa são o CSI, o RSI, a pensão social de invalidez do regime especial de proteção na invalidez, o complemento da prestação social para a inclusão, a pensão social de velhice e o subsídio social de desemprego.

São ainda contemplados “os agregados familiares em que uma das crianças é titular de abono de família do 1.º ou 2.º escalão e em que o apuramento do rendimento de referência do mesmo agregado corresponde a situações de pobreza extrema segundo os

parâmetros definidos nos termos do Inquérito para as Condições de Vida e Rendimento, do Instituto Nacional de Estatística”, estabelece o diploma.

No total, o apoio irá chegar assim a cerca de 830 mil beneficiários.

A medida tem um custo associado de 55 milhões de euros, segundo a proposta de Orçamento do Estado para 2022.



**SOLUÇÕES
TECNOLÓGICAS**

ESPECÍFICAS PARA O SETOR SOCIAL
E UNIDADES DE SAÚDE



**INSTITUIÇÕES MAIS EFICIENTES
E PRÓXIMAS DOS UTENTES.**

F3M Information Systems, S.A., contacto@f3m.pt | www.f3m.pt
PORTUGAL | ANGOLA | MOÇAMBIQUE



innovatiOntrail

INOVAÇÃO | TECNOLOGIA | DESMATERIALIZAÇÃO | SEGURANÇA

09h00 | CHECK IN

09h30

Importância da desmaterialização e inovação no serviço ao utente

10h30

Aspetos chave e riscos inerentes à proteção de dados pessoais

11h00 | COFFEE BREAK

11h30

Impacto da inovação tecnológica no processo do utente

12h30 | DEBATE

13h00 | ENCERRAMENTO

eventos
gratuitos em
**+ de 20
cidades**



INSCREVA-SE EM
www.f3m.pt



CRECHES PARA TODAS AS CRIANÇAS ATÉ 2024

Governo quer a gratuidade progressiva e prevê a abertura de mais 10 mil vagas

A gratuidade das creches para as famílias mais carenciadas abrangiu já 48 mil crianças, segundo a ministra da Solidariedade que anunciou que alguns estabelecimentos pré-escolares desocupados serão transformados em creches.

“Já foram abrangidas 48 mil crianças pela gratuidade atribuída ao escalão A e B nas creches”, uma medida implementada na anterior legislatura, anunciou Ana Mendes Godinho durante a audição parlamentar no âmbito da apreciação do Orçamento do Estado para 2022 (OE2022).

O Governo quer a gratuidade progressiva das creches para todas as crianças até 2024, tendo inscrito no OE2022 a abertura de mais 10 mil vagas, através do alargamento da rede e da requalificação de espaços que já existem.

Sobre a adaptação de edifícios, Ana Mendes Godinho deu como exemplo “alguns espaços de pré-escolar que estão sem uso e podem ser requalificados para ser usados como creches”.

Na audição conjunta das comissões de Trabalho, Segurança Social e Inclusão e de Orçamento e Finanças, os partidos da oposição consideraram que as medidas previstas no OE2022 são insuficientes para dar resposta às famílias.

A deputada comunista Diana Ferreira alertou para a “carência de creches ir mais além das 10 mil vagas anunciadas”, enquanto Ana Paula Cardoso, do PSD, considerou que as propostas do OE em debate eram uma “propaganda de apoios sociais e números vergonhosos”, estando “longe” de dar resposta a problemas como a pobreza. José Soeiro, do Bloco de Esquerda, disse que a proposta em discussão é “um OE de empobrecimento”.

Já Ana Mendes Godinho sublinhou que a proposta de OE que está a ser discutida “reflete o maior orçamento social de sempre”, sublinhando que é um orçamento “virado para as famílias”.

Além da gratuidade das creches, a ministra lembrou outras medidas de apoio às famílias, como o reforço do abono de família e a criação da garantia para a Infância.

No total, as medidas de apoio à família representam um aumento de cerca de 180 milhões de euros face a 2019 e de mais 510 milhões face a 2015.

“Em 2021, em Portugal, havia 2,3 milhões de pessoas em situação de pobreza ou de exclusão social, o que corresponde a um quinto da nossa população”, criticou a deputada social-democrata Ana Paula Cardoso.

Ana Mendes Godinho respondeu, recordando que no ano passado foi aprovada uma estratégia nacional de combate à pobreza e que “os únicos anos em que houve diminuição das prestações sociais em Portugal foram 2014 e 2015”.

Entre as medidas de combate a pobreza e às desigualdades, Ana Mendes Godinho enumerou ainda a atualização extraordinária das pensões



ou a aposta no aumento do salário mínimo.

Uma das medidas mais criticadas foi o apoio criado pelo Governo para mitigar os efeitos do aumento dos preços dos bens alimentares junto dos mais vulneráveis.

A ministra da Solidariedade recordou que o subsídio de 60 euros por família para compensar o aumento do preço dos bens alimentares abrangerá 760 mil famílias. “Esta é uma medida desgarrada e extraordinária”, criticou o bloquista José Soeiro, lamentando o facto de a medida chegar apenas a “uma pequena parte do universo dos trabalhadores e pensionistas, um décimo deste universo”.

Ana Mendes Godinho voltou a sublinhar que este apoio extraordinário “é uma das medidas no âmbito de um conjunto de medidas transversais”.

No final da audição, a ministra revelou ainda que o estatuto de cuidador informal foi atribuído a 8075 pessoas: “Foram implementados os projetos piloto a 30 concelhos que foram alargados a todo o país e agora começamos a ter números mais expressivos de pessoas a aderir ao sistema”.

TRABALHADORES ESTRANGEIROS

O número de trabalhadores estrangeiros que contribuem para a Segurança Social subiu 148% em oito anos para um total de 473 mil pessoas, ou seja, para cerca de 10% do total de trabalhadores com descontos.

Os dados foram apresentados pela ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social,

Ana Mendes Godinho, no Parlamento, na apresentação, na generalidade, do orçamento do Estado para 2022.

“Tínhamos em 2015 191 mil estrangeiros a contribuírem para a Segurança Social. Neste momento temos 473 mil”, segundo dados de 2021, disse Ana Mendes Godinho. Desta forma, “10% das pessoas que estão a contribuir para a Segurança Social são cidadãos estrangeiros imigrantes que fazem parte deste esforço coletivo”, concluiu. As contribuições dos imigrantes traduzem-se em “1300 milhões de euros”, concretizou.

Já antes a ministra do Trabalho tinha dito que há 4,7 milhões de trabalhadores ativos inscritos na Segurança Social, ou seja, 77% da população ativa.

Ana Mendes Godinho atribui o “valor recorde” de 58 mil milhões de salários declarados à Segurança Social à “criação de emprego” e às pessoas que “entraram no sistema durante a pandemia”.

No entanto, é natural que o número de inscritos na Segurança Social aumente de ano para ano uma vez que todos os novos funcionários públicos contratados desde 2006 se inscrevem na Segurança Social, e não para a CGA (que é agora um grupo fechado).

Ana Mendes Godinho disse também que há 1.400 refugiados com contrato de trabalho assinado e que 5.700 estão em cursos de língua portuguesa. Portugal já deu 33 mil pedidos de proteção temporária aos refugiados da guerra da Ucrânia, cerca de 21 mil com mais de 18 anos.

CNIS DEFENDE UMA DISCRIMINAÇÃO POSITIVA NO APOIO AO SAD E CENTRO DE DIA

Escalada do preço dos combustíveis deixa IPSS à beira de um ataque de nervos

A tendência já vinha a manifestar-se, mas a escalada da tensão e a, posterior, invasão da Ucrânia por parte da Rússia, que deu início à guerra no leste europeu a 24 de fevereiro, provocou um exponencial e generalizado aumento dos preços de bens e serviços, muito por culpa da subida do preço dos combustíveis. Prestando diversos apoios às comunidades fora das paredes das instituições, estas começam a sentir fortemente os custos de combustíveis a preços proibitivos e jamais perspetivados há três meses. As respostas de SAD e de Centro de Dia estão no olho do furacão com o aumento do preço do gasóleo, mas outros transportes e saídas das instituições são igualmente grandes contribuintes dessa despesa.

No primeiro terço de 2022, a inflação tem-se comportado como uma nave de uma qualquer expedição rumo ao espaço sideral, subindo em flecha e sem aparentar querer cair. A subida de preços tem sido generalizada, afetando todos os produtos de consumo. O cidadão comum tem sentido que, a cada dia que passa, dispensa mais dinheiro pelos mesmos produtos. E se a sociedade tem sentido, as IPSS, que dela emanam, não são exceção.

Se a situação já não era boa, a nível de sustentabilidade financeira e ainda na ressaca de dois anos de combate à pandemia de Covid-19, com o atual agravamento dos custos só pelo aumento do preço dos combustíveis, as instituições encontram-se novamente a navegar em mar revolto.

Na linha da frente na sobrecarga das despesas com os combustíveis estão as respostas sociais de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e de Centro de Dia, sendo que todas as outras que implicam transporte de utentes, entre os idosos, as crianças e as pessoas portadoras de deficiência, também contribuem para o aumento das despesas.

Num momento em que decorrem negociações sobre a matéria, entre a Segurança Social e o Sector Social Solidário, o presidente da CNIS advoga a criação de uma discriminação positiva em função das distâncias a percorrer.

“Defendemos que o apoio, sobretudo às respostas de SAD e de Centro de Dia, deve considerar as que têm que fazer mais quilómetros. É preciso ter em atenção a situação geográfica das instituições. Deve haver uma diferenciação do apoio”, argumentou, lembrando o caso da Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro, distrito de Bragança, “que faz mais de 900 quilómetros por dia”.

São cerca de 950 quilómetros, apenas os feitos pelos 14 veículos do Serviço de Apoio Domiciliário que serve 105 utentes. Para além destes, a Misericórdia de Mogadouro tem mais 15 viaturas para servir as restantes respostas sociais que desenvolve.

Cláudio Pires, responsável pelo SAD, revela, ao SOLIDARIEDADE, que, “em 2021, quando o gasóleo estava a cerca de 1,60 euros, a instituição



gastava 650 euros por semana em combustível, agora, em 2022, com o preço a dois euros já são 810 euros”.

Ou seja, “são mais cerca de 160 euros por semana, mais 640 euros por mês”, sublinha.

Para agravar a situação, do total de 105, “os 30 utentes da unidade de Bruçó só são comparticipados de segunda a sexta”, no entanto, a instituição não deixa de prestar apoio também aos sábados e domingos.

Para apoiar os utentes que estão a maior distância, que é a cerca de 50 quilómetros, “uma viatura do SAD faz cerca de 205 quilómetros ao dia”, uma vez que se desloca lá duas vezes, ao almoço e ao jantar, explica Cláudio Pires, lembrando que a instituição, “por vezes, também transporta os utentes do SAD para irem a uma consulta ou a



tratar de outra situação”.

E se de momento é inevitável arcar com este custo acrescido, apesar da medida do Governo em baixar o ISP (Imposto sobre Produtos Petrolíferos e Energéticos), após a suspensão da modalidade do Autovaucher, um dos caminhos futuros é apostar na mobilidade elétrica. A Misericórdia de Mogadouro está apostada em seguir esse caminho e apresentou uma candidatura para duas viaturas à medida Mobilidade Verde Social, no âmbito do PRR.

Ainda assim, Cláudio Pires sustenta que o Governo devia criar “um desconto no gasóleo como



têm os camionistas ou, então, o Estado devia rever as comparticipações”, salientando que “prestar apoio domiciliário no Porto ou em Lisboa é muito diferente, porque aí numa só rua podem fazer uma série de utentes e até podem ir a pé”.

De facto, esta é uma realidade, mas não tão generalizada quanto, empiricamente, muitas vezes, se pensa.

Por exemplo, no CAJIL – Centro de Apoio a Jovens e Idosos do Lumiar, em Lisboa, não é propriamente o SAD que faz as viaturas da instituição circularem mais.

“O nosso SAD é aqui na zona do Lumiar, mas temos muita procura em Benfica, no Campo Grande e em outras zonas limítrofes”, começa por dizer Gonçalo Carvalho, da Direção do CAJIL, confirmando que, “muitas vezes, as funcionárias vão a pé ou de autocarro fazer o apoio”.

Porém, “o grosso do gasto em combustível é com as viaturas do Centro de Dia”, argumenta Teresa Kettman, também da Direção do CAJIL, e explica: “Isso deve-se ao facto de os utentes estarem cada vez mais debilitados”.

E, apesar de as distâncias não serem longas, as voltas são muitas.

“O percurso até é relativamente curto, mas as duas carrinhas dão três voltas de manhã e outras três à tarde”.

Resumindo e concluindo, “o aumento dos custos tem sido impressionante, para mais de 30%”, frisa Teresa Kettman, responsável pelas finanças do CAJIL.

Aproveitando a onda do PRR, a instituição já apresentou uma candidatura para uma viatura elétrica à Mobilidade Verde Social, mas Teresa Kettman não sabe bem qual a medida mais vantajosa para as IPSS que o Governo poderá tomar para atenuar os efeitos da escalada de preços dos combustíveis nas contas das instituições.

“Não sei, talvez uma benesse no ISP ou mesmo uma isenção. Não sei bem, mas acho que era por aí, até porque não podemos aumentar as mensalidades aos utentes, temos que pagar aos trabalhadores, mas acho que devia haver uma redução ou isenção do imposto ou a criação de autovaucher para as IPSS, da ordem dos 200 euros, ajustado ao que a instituição gasta.”, defende a responsável do CAJIL, deixando um desafio: “Final, temos tantos crânios a fazer contas, que arranjem uma solução para ajudar as instituições que já tanto têm dado”.

Ainda no distrito de Lisboa, mas a cerca de 50 quilómetros da capital, em Alenquer, o Centro Social Paroquial de Nossa Senhora das Virtudes de Ventosa atualmente presta apoio domiciliário aos 40 utentes do SAD e ainda a 10 do Centro de Dia, que ainda se encontra encerrado em consequência da pandemia.

Em média, os dois automóveis ligeiros comerciais a gásóleo e um outro elétrico, ao serviço do

SAD, fazem entre 250 e 300 quilómetros por dia. Ao gasto destas viaturas, a instituição tem que somar os dos dois veículos de nove lugares, do adaptado para transporte de refeições e ainda da carrinha adaptada para transporte de crianças.

A diretora-técnica da instituição, Mariana Gomes começa por lembrar que “em janeiro o gásóleo estava a 1,64 euros e agora já está a 2,14 euros”, para, de seguida, sublinhar que “é uma diferença de 50 cêntimos por litro”.

Não serve de exemplo estrutural, até porque a instituição regista variações constantes nos gastos com combustível, mas o facto de “a fatura de fevereiro foi de 600 euros, enquanto a de março foi de 950 euros” pode revelar uma tendência... preocupante.

Mariana Gomes lembra que as instituições beneficiam “da restituição do IVA alimentar”, sustentando que “a melhor estratégia na questão dos combustíveis é a da diminuição do IVA”.

Mais a norte, em Vila Nova de Famalicão, distrito de Braga, as nove viaturas da Associação de Moradores das Lameiras (AML), no apoio aos 40 idosos do SAD e ainda no transporte dos utentes das demais respostas sociais, andam em média 700 quilómetros por mês.

E, se em dezembro de 2021 a instituição gastou em média cerca de 920 euros por mês em combustível, agora em abril de 2022 o gasto em gásóleo já é de cerca de 1.250 euros. Isto significa um acréscimo mensal em abril face a dezembro de cerca de 330 euros.

Ora quando as instituições atravessam tantas dificuldades, qualquer custo extra é um problema.

A AML antecipando o futuro já foi a Braga assinar o contrato para aquisição de um veículo elétrico no âmbito da Mobilidade Verde Social, indo agora receber até 25.000 euros do PRR.

“É certo que a medida paga a maior parte, mas ainda assim a instituição tem que pôr o resto e o orçamento mais baixo que nos apresentaram foi de 36.000 euros para uma viatura preparada para o SAD”, afirma Jorge Faria, presidente da instituição.

As distâncias a percorrer não são grandes, até porque “no raio de dois quilómetros há cinco instituições com Serviço de Apoio Domiciliário”, mas Jorge Faria também defende uma discriminação positiva, mas diferente da sugerida pela CNIS.

“O Estado não pode ajudar as instituições todas por igual, as verbas devem ser proporcionais ao número de utentes e não pelos quilómetros. Por exemplo, há aqui uma IPSS que tem uma carrinha e são apenas 10 utentes do SAD, nós temos 40”.

Se as respostas sociais de SAD e de Centro de Dia estão na frente dos gastos de combustível, o transporte de utentes das mais diversas valências é um custo significativo, em especial quando se trata da área da deficiência.

A Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) do Porto tem uma frota automóvel de 17 viaturas, sendo que “12 fazem o transporte diário dos clientes de e para o domicílio, num total de 107 transportados todos os dias”, explica Teresa Guimarães, presidente da instituição.

A isto acresce cerca de 16 saídas por semana dos clientes do CACI (Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão) para atividades no exterior da instituição.

Em termos de custos, nos primeiros três meses deste ano, a APPACDM do Porto viu o custo com gásóleo subir quase 1.600 euros por mês.

“Em janeiro deste ano pagámos de combustível 2.013,96 euros, em fevereiro já foram 2.629,75 euros e em março uns expressivos 3.698,95 euros”, revela Teresa Guimarães, acrescentando: “Nas saídas com os 87 clientes do CACI para as atividades fora, em janeiro pagámos 1.258,06 euros, em fevereiro 1.667,82 euros e em março já foram 2.192,10 euros, quase mais mil euros”.

O transporte dos 87 utentes do CACI é, de alguma forma, suportado pelas famílias, pois só os utentes residenciais é que têm transportes gratuitos.

“Este ano em janeiro já tínhamos aumentado qualquer coisinha nos transportes. No ano passado eram 30 euros e, em janeiro, passou para 32 euros. A nossa bitola foi o preço do passe de cidade, mas neste momento já não é suficiente. Por isso, estamos a ponderar voltar a subir pois está a ficar insustentável. As famílias vão ter que nos ajudar a suportar este custo, para podermos manter a qualidade do serviço”, argumenta a dirigente, que lembra que não são só os preços dos combustíveis que estão a subir: “Está a ser um conjunto de coisas, como a eletricidade que subiu brutalmente. Neste momento estamos a fazer concurso para o fornecimento de energia elétrica e não há candidatos, porque ninguém se quer comprometer com preços. Agora vamos lançar outro, mas noutros moldes. Recebemos uma carta de um fornecedor de produtos de limpeza a dizer que a partir do dia 13 de março os preços subiam 12%! Há todo um conjunto de subida de preços que é extremamente preocupante”.

Na realidade, por consequência direta ou não do aumento do preço dos combustíveis, a sensação é que aumentaram o preço de todos os bens e serviços, repentinamente, ainda a sociedade está mal refeita de dois anos muito difíceis de pandemia.

Por isso...

“Seria muito bom o Governo começar a pensar numa modalidade diferente de apoio ao Sector Social Solidário”, conclui a presidente da APPACDM do Porto.

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



O valor da negociação coletiva e a inflação

A situação da negociação coletiva em Portugal não é famosa. Embora tenha havido nos últimos anos alguma recuperação, estamos ainda longe do ponto em que nos encontrávamos antes do tempo em que a troica decidia sobre a política económica do País.

Porquê esta evolução tão tímida da negociação entre representantes das empresas e dos trabalhadores? Será que esta forma de negociação tem utilidade para as partes envolvidas? E será que traz vantagens para o País? E, com a inflação a subir, o que se pode esperar da negociação coletiva?

Neste texto, vou tentar ensaiar uma resposta a estas questões.

Se a grande prioridade do País é pôr a economia a crescer, o ritmo desse crescimento vai passar pelo comportamento das empresas. Ora, o posicionamento dos atores envolvidos, terão a maior importância nessa caminhada porque são eles – gestores e trabalhadores – quem melhor conhece as empresas. Mas não chega. Tudo vai depender de um ambiente mais geral, em que a componente política será determinante.

Ora, esse ambiente mais geral vem sofrendo mutações muito significativas. O mundo que nos rodeia é cada vez mais complexo, mais fragmentado e apresenta-se com muito maior diversidade e mobilidade. O elevado nível de interdependência entre tudo e todos faz com que os processos de decisão se tenham tornado mais complexos, porque têm de ter em consideração diferentes tipos de interesses, por vezes mesmo antagónicos.

Este é o tempo em que o poder político tem de acompanhar e a tentar perceber e antecipar os interesses dos diferentes grupos na sociedade. A atitude adaptativa, que consiste em reagir às situações apenas quando elas se transformam em problemas, tem como resultado respostas insuficientes e tardias e quantas vezes atabalhoadas, porque no momento em que se reage a um dado problema, o leque de opções já é muito reduzido.

Neste tempo, os governos são apenas mais um centro de decisão entre outros que influenciam a vida dos cidadãos. Enganam-se aqueles que pensam que a força política de quem governa resulta apenas do voto. Essa força é consequência, também e cada vez mais, da capacidade de relacionamento entre governos e diferentes parceiros económicos e sociais.

O diálogo, a contratação coletiva e a concertação social são os valores modernos de uma



sociedade democrática, porque são a expressão de entendimentos sobre o modo de realizar objetivos comuns. Estamos perante o limiar de uma nova forma de governar que se justifica se atentarmos que os problemas são de tal monta e tão graves que não são possíveis de solução na base de um único agente, por mais poder com que se apresente. O tempo de volatilidade e incerteza que vivemos ainda mais reforça a necessidade do estabelecimento de compromissos, pela confiança recíproca que pode fornecer aos agentes económicos e sociais. Ora, a negociação coletiva é um instrumento para que o entendimento entre sindicatos e empresas se expresse e a concertação social é um patamar ainda mais ambicioso para que o entendimento se faça numa base tripartida, envolvendo também o governo.

No entanto, a boa imagem da contratação coletiva na opinião pública não está adquirida. Há ainda muitos cidadãos que não vêm na contratação coletiva um instrumento de melhoria das suas condições de vida, nem um instrumento que contribua para a paz social e para o desenvolvimento. A este respeito, confederações patronais e sindicatos têm um grande trabalho comum pela frente.

A respeito da inflação, nos últimos dias tenho ouvido que um aumento de salários generalizado pode provocar uma espiral inflacionista. Não estou totalmente de acordo com esta leitura e explico porquê. A inflação que sentimos é em larga medida provocada por bens importados, designadamente na área de energia, combustíveis e

fertilizantes, para os quais a procura dos agregados familiares é relativamente inelástica.

A ser seguida esta orientação de não aumentar os salários, todos vão perder. Perdem as empresas porque a não haver aumentos salariais, o tecido produtivo nacional vai sair a perder por duas vias. Primeiro, porque vai haver menos consumo devido à perda de poder de compra dos salários. Segundo, porque os custos de produção vão aumentar, por via do aumento de preços dos produtos importados. Também perdem os funcionários públicos, os pensionistas e os trabalhadores em geral porque sentirão os efeitos da perda do seu poder de compra.

Penso que haveria uma saída para esta questão, que passaria por uma solução que permita acomodar aumentos salariais, sem que esses aumentos provoquem aumento da inflação.

A ideia é que se negocie em concertação social um sistema que permita concretizar aumentos salariais divididos em duas componentes: uma componente, a habitual, que pretende acordar sobre aumentos salariais para o próximo ano, e uma outra, inovadora, que abordaria o pagamento de montantes que se destinariam a uma conta pessoal do trabalhador, que seria assumida como prestação complementar de segurança social e que só poderia ser mobilizada em circunstâncias excecionais previstas na Lei.

Essa parte diferida do salário seria abatida com um coeficiente de majoração à matéria colectável da empresa e seria totalmente isenta de IRS para o trabalhador.

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde



Abril em Portugal (e na Ucrânia)

1 - Não há volta a dar: aqueles que viveram os dias da Revolução e a sentiram como a libertação de um regime autocrático e opressor não veem chegar esta semana mágica, entre 25 de Abril e 1 de Maio, sem um frêmito de comoção e uma réplica sempre renovada do ar de festa com que o antigo regime foi derrubado.

Até os filmes que as televisões transmitem, repetindo todos os anos a preparação do movimento militar, as dúvidas no Terreiro do Paço, o assalto ao quartel do Carmo, a personificação em Salgueiro Maia do despojamento dos jovens oficiais, a libertação dos presos políticos, nos mantêm agarrados ao ecrã, a ver todos os anos o mesmo filme, para tentar capturar e reviver alguma da emoção e da alegria desses dias ímpares.

Raramente se terá verificado uma tão profunda mudança na vida colectiva de um país, da noite para o dia, substituindo o medo pela euforia, as grades, simbólicas ou reais, pelo ar lavado, o cinzentismo pela alegria, os silêncios pela voz límpida, a ditadura pela liberdade, como sucedeu em Portugal em Abril de 1974.

E tudo isto quase sem derramar sangue.

Este ano, foi possível voltar à rua, que é onde o povo celebra as suas festas, e percorrer, sem os constrangimentos impostos pela pandemia nos dois últimos anos, o traçado ritual – entre a antiga sede da PIDE no Porto e a Avenida dos Aliados.

Ainda lembrado das comemorações do 31 de Janeiro e do 5 de Outubro, no tempo da ditadura, quase exclusivamente levadas a cabo por figuras, prestigiadas embora, mas já de idade avançada – a antiga geração herdeira da 1ª República –, foi com expectativas muito auspiciosas que se verificou, em massa, a participação da gente nova, nascida já depois da Revolução de 1974, enquadrada ou não em estruturas mais ou menos orgânicas, a tingir de mais alegria e irreverência os cartazes e as palavras de ordem.

Cabe-nos fazer aos mais novos, à geração de Abril, que já só respirou o ar da liberdade, a pedagogia que recebemos dessa geração da Oposição Democrática, nunca cessando de lembrar os traços mais perversos do regime então vigente – que, embora durante décadas adormecidos, parecem ressuscitar como velhos fantasmas, um pouco, ou um muito, por todo o lado ...

Bem sei que vou ser criticado por escrever isto – mas o Presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenskii, escolheu acertadamente o símile entre a nossa Revolução do Cravos e o desejo de viver sobre um regime idêntico nessa parte mais longínqua da Europa, quando se dirigiu ao Parlamento português há cerca de uma semana.

Deve desculpar-se-me a arrogância sem remorsos que me dá o viver neste Ocidente da Europa das liberdades, lugar privilegiado entre

todos no mundo que nos foi dado para viver; mas se o Presidente da Ucrânia quer para o seu país um regime tirado do modelo ocidental, só se pode dizer que escolheu bem para o seu povo.

2 – Uma das figuras do antigo regime que ocuparam um lugar sinistro no aparelho repressivo era a PIDE, a polícia política, que prendia quem pensava ou agia fora dos quadros fechados da Situação, amiúde com tortura, sem processo ou julgamento – e que mantinha em cativeiro quem detinha, em condições sub-humanas, por vezes durante décadas, roubando anos de vida plena a quem cometia o “crime” de pensar pela sua cabeça e de lutar por uma sociedade mais justa e mais livre.

Mesmo quando não estavam presos, não cessava a presença da PIDE nas suas vidas, pois que esta os mantinha sob vigilância apertada, devassando a correspondência, escutando as conversas, bisbilhotando os grupos ...

Essa vigilância incidia, aliás, não só sobre esses “cadastrados” – mas sobre a sociedade em geral, procurando extirpar preventivamente a semente da dúvida ou a centelha das ideias.

Nessas e noutras tarefas, dispunha a PIDE, para além dos agentes propriamente ditos, de um corpo de colaboradores – digamos ... - eventuais, “informadores”, que eram conhecidos como os “bufos”.

Como o petit-nom sugere, o papel dos “bufos” era “bufar” – informações, denúncias, suspeitas, obtidas no decurso da vigilância que faziam, ou nas diligências officiosas que promoviam, a cheirar sinais de oposição ou pensamento livre nos ambientes que frequentavam ou que procuravam.

Não eram bem polícias; tinham, muitas vezes, outra profissão: podiam ser companheiros de trabalho, em quem se confiava e que logo traíam a confiança; ou o frequentador insuspeito da mesa ao lado, nos cafés, ou companheiro do bilhar, ou os que se insinuavam nas reuniões de estudantes, proibidas pelas autoridades, ou um membro do nosso grupo de amigos.

Por uns trocos, para arredondar o salário, faziam chegar à Polícia as denúncias e as suspeitas, ajudando voluntariamente a mandar para a enxovia os que caíam na sua rede.

Às vezes, ainda, apenas para vingar questões pessoais.

Ficando sempre oculta a sua intervenção.

Toda a polícia política era naturalmente exercida; mas os “bufos” estavam no fundo da escala; pois que a traição era o seu modo de ser, a ocultação e o disfarce o seu método.

É, alias, comum a outros contextos o sentimento de repulsa que merecem os “bufos”.

Como se sabe, a propósito de um aspecto muito debatido no âmbito da luta contra a corrupção, como é o caso da chamada “delação premiada”, uma das reservas que tem sido colocada

é a de não se poder confiar em quem trai – e que soma à conduta criminal o défice de carácter.

3 – Vieram-me à lembrança os “bufos” a propósito do acolhimento aos refugiados vindos da Ucrânia.

Sem entrar na polémica sobre a natureza da invasão da Ucrânia pela Rússia, alego a formulação exemplar de António Guterres, em Moscovo: é certo que se encontram soldados russos na Ucrânia; e é igualmente certo que não existem soldados ucranianos na Rússia.

Trata-se de um facto incontroverso.

Ora, encontrando-se soldados russos na Ucrânia, caindo bombas russas nesse país, como diariamente nos lembra a voz de autómato do porta-voz do Kremlin, e sendo do domínio do óbvio que, pelo menos as pessoas que fogem da Ucrânia invadida acreditam que o seu país foi invadido e está a ser destruído e os seus cidadãos assassinados – e por isso fogem –, posso imaginar o espanto daqueles que escolheram o nosso país como destino quando, no acolhimento à chegada, entidades públicas portuguesas lhes aporpinquam o acolhimento na língua russa por quem está por conta do agressor do qual fogem – como parece ter sucedido em vários locais!

Pior quando quem acolhe quer saber de quem foge mais do que é mister para o efeito do acolhimento – perguntando pela família, que ficou na Ucrânia, como quem é de casa e quer saber do estado de saúde ...

Como escreveu Sophia de Mello Breyner, “por insidias por venenos/ E por outras maneiras que sabemos/ Tão sábias tão subtis e tão peritas/ Que nem podem sequer ser bem descritas.”

Teve o episódio pelo menos o efeito virtuoso de darmos finalmente conta de que, com financiamento de Putin, e para além do embaixador propriamente dito, o Kremlin dispõe, desde há anos, no nosso país de brandos costumes, de uma rede de outros embaixadores, mais discretos, escondidos sob o manto de associações de origem étnica, financiados pelo dono.

Mas tiveram de ser os fugitivos a interpelar os responsáveis pelo insólito acolhimento.

Quer nós, cidadãos de Abril, quer os que, em fuga, nos procuram, merecíamos melhor – para mais nestes dias, em que o aroma da liberdade tem a intensidade da Primavera.

ASSOCIAÇÃO DO PORTO DE PARALISIA CEREBRAL

Colaboradores da Altice doaram tablets e televisores à instituição

Como resultado de uma iniciativa solidária dinamizada por ocasião do Natal – em que os colaboradores da Altice Portugal tiveram a oportunidade de escolher várias instituições de solidariedade social que pretendiam ajudar –, a Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC) foi uma das cinco entidades escolhidas para a doação de equipamentos.

A oferta, composta por seis tablets e dois televisores, permitirá melhorar as comunicações e alguns dos serviços prestados pela APPC.

José Ruivo, diretor de Tecnologia e Informação da Altice Portugal, fez a entrega dos equipamentos a Abílio Cunha e Fábio Cunha, respetivamente, presidente e vice-presidente da APPC.

Abílio Cunha, para além de agradecer aos colaboradores da Fundação Altice, pelo “apoio incansável que têm prestado à APPC”, afirmou a “expectativa de que a parceria se consolide cada vez mais em prol das pessoas com paralisia cerebral”, deixando, ainda, um “agradecimento especial aos trabalhadores que escolheram a APPC para usufruir desta oferta”.

Das cinco instituições bafejadas com a



solidariedade dos trabalhadores da operadora de telecomunicações, o donativo da Altice Portugal traduziu-se em cerca de oito mil euros em equipamentos.

Para além da Associação do Porto de Paralisia Cerebral, também a Associação Portuguesa

para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo (de Viseu), as associações de paralisia cerebral de Lisboa e S. Miguel (Açores) e, ainda, a Associação de Desenvolvimento Comunitário Garo(u)ta do Calhau (Madeira) foram as felizes contempladas com os tablets e televisores.

MOBILIDADE VERDE SOCIAL

PRR patrocina 94 IPSS do distrito de Leiria para a aquisição de 96 viaturas elétricas

Noventa e quatro IPSS do distrito de Leiria vão receber 2,5 milhões de euros do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a aquisição de 96 veículos elétricos para o Serviço de Apoio Domiciliário.

O anúncio foi feito na última sexta-feira de abril pelo diretor do Centro Distrital da Segurança Social (CDSS) de Leiria, João Paulo Pedrosa, na sessão de assinatura de protocolos com as IPSS dos concelhos de Alcobaça, Batalha, Nazaré e Porto de Mós, onde decorreu a cerimónia.

“Somos o segundo ou terceiro distrito com maior número de aprovações, quase 100%. O que significa que há uma grande dinâmica e grande competência das instituições do Sector Social e Solidário do distrito de Leiria”, afirmou o diretor do CDSS de Leiria, mostrando-se satisfeito com “o resultado da primeira grande candidatura do PRR para as IPSS”.

João Paulo Pedrosa considerou esta ajuda, atribuída no âmbito da mobilidade verde, “muito importante” para assegurar o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), que será ainda “mais fundamental no futuro”.

“Entre as pessoas hoje com 65 anos, a esmagadora maioria vai viver até aos 95. As pessoas vão ter ainda condições de vida, não estando institucionalizadas, para fazer a sua vida em casa, tendo alguns cuidados relativamente ao que o SAD produz e atribui”, sublinhou.

O responsável mostrou-se ainda confiante quanto ao resultado das candidaturas às respostas sociais, para construção de creches e lares, que está por anunciar, e “no chamado SAD 4.0, que vai aprofundar o sistema que existe” e para o qual “a questão das viaturas é fundamental”.

O diretor da Segurança Social em Leiria elogiou os efeitos do PRR, lembrando o tempo em que foi deputado (eleito nas listas do PS) na Assembleia da República: “Dantes as instituições adquiriam viaturas com apoio do Estado através do Fundo de Socorro Social e faziam candidaturas com resultados a três ou quatro anos. Muitos [responsáveis de IPSS] ligavam-me para saber como estavam os processos... Hoje tivemos uma candidatura que atribui, de uma só vez, 96 ao distrito de Leiria”.

Na cerimónia, o vereador da Câmara de Alcobaça, Paulo Mateus, enalteceu a natureza elétrica das viaturas atribuídas, que vão permitir “às instituições amigas das pessoas” passarem também “a ser amigas do ambiente”.

“Que a Segurança Social continue a dar oportunidade a estas instituições, não só de renovar a frota como também noutras valências relacionadas com as energias renováveis”, disse, numa preocupação sublinhada pelo vereador da Câmara da Batalha.

Carlos Monteiro, que é também provedor da Santa Casa da Misericórdia do concelho, considerou o apoio do PRR “apenas a porta de

entrada para um ciclo de renovação das frotas automóveis das IPSS”, lembrando que os dois veículos que vão chegar à Batalha “representam apenas 2% da frota das IPSS”.

“Estas instituições têm frotas automóveis provavelmente com idade média superior a 10 anos e têm de ser uma aposta permanente”, avisou, instando o Governo a fazer “uma aposta nessa área”.

O vereador e responsável da Misericórdia da Batalha admitiu que “as IPSS estão numa situação muito crítica, sob ponto de vista da sustentabilidade económica”.

“Temos de estar todos de mãos dadas para enfrentar os difíceis desafios que estão a acontecer por falta de sustentabilidade de algumas respostas sociais nas instituições”, acrescentou, desejando “o impulso a trazer a muito curto prazo o SAD 4.0”.

Por seu turno, o edil de Porto de Mós anunciou a atribuição a cada uma das cinco IPSS do concelho contempladas pelo PRR um apoio suplementar até cinco mil euros para a viatura que vier a ser adquirida, um “esforço justo” para instituições que “nos últimos dois anos, no tempo de Covid-19, viveram em alerta total” e “nunca deixaram de estar presentes, em nenhum sítio”.

As instituições têm agora nove meses para comprar as viaturas, através da contratação pública.

UDIPSS PORTO

Novas formações em junho sobre proteção de dados e empreitadas

A UDIPSS Porto vai lançar mais duas novas ações de formação, a realizar em junho. A primeira edição de um curso intensivo subordinado ao tema «Proteção de dados nas IPSS» e ainda uma primeira edição da formação «Empreitadas – Dos procedimentos à execução contratual».

Quando ao curso intensivo o objetivo é dotar os participantes dos conhecimentos teóricos e práticos necessários na implementação do RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados) e da Lei de Execução nacional nas instituições do Terceiro Sector.

Cientes de que ambas as normas estabelecem princípios e obrigações que devem ser adaptadas às especificidades do tratamento de dados dos diferentes Responsáveis pelo Tratamento, com este curso a UDIPSS Porto pretende não só contribuir para um conhecimento do diploma comunitário e nacional, mas também fornecer exemplos práticos da sua implementação no Sector Social Solidário, auxiliando na construção dos documentos de compliance e na adoção dos procedimentos e respostas mais adequadas.

Assim, o curso intensivo tem como programa: O novo regime de proteção de dados na União Europeia e em Portugal; As obrigações de tratamento de dados do Responsável pelo Tratamento e Subcontratante; As vertentes da implementação do RGPD; A articulação da proteção de dados com outros direitos de natureza jurídica prevalente; O Responsável pelo tratamento de dados; O papel do Encarregado de Proteção de Dados; Uma abordagem ao plano de implementação do RGPD; O impacto do novo regime de proteção de dados nas relações jurídico laborais; O tratamento dos dados dos utentes e seus familiares - análise das especificidades inerentes às respostas sociais; O papel dos membros dos órgãos sociais na implementação e aplicação do RGPD Responsabilidade no tratamento de dados; O acesso e tratamento aos dados de voluntários, prestadores de serviços e outros titulares; A Autoridade de Controlo e as consequências da violação do RGPD; A Cibersegurança.



A equipa de formadores é formada pelas advogadas Filipa Matias Magalhães e Teresa Cruz Almeida e ainda por Ricardo Torres Martins, Professor de Cibersegurança da Universidade de Aveiro.

O curso decorrerá via Zoom e as suas 48 horas estão assim distribuídas no calendário: dias 1, 6, 8, 13, 15, 20, 22 junho das 9h30 às 13h00 e das 14h00 às 17h30; e dia 23 junho das 14h00 às 18h00.

Para as associadas da UDIPSS Porto o custo de inscrição é de 300 euros, enquanto para as demais associadas da CNIS o valor é de 500 euros.

Também via Zoom decorrerá a ação de formação «Empreitadas – Dos procedimentos à execução contratual», cujo propósito é fornecer conhecimentos sobre as principais regras da contratação pública e os aspetos mais relevantes da execução do contrato de empreitada de obra pública.

Alberto Teixeira, advogado especialista em empreitadas, ministrará a formação, que decorrerá nos dias 17 e 22 de junho, das 9h30 às 12h30 e das 14h00 às 17h00, tem uma duração de 14 horas. A inscrição para as associadas da UDIPSS Porto tem o valor de 150 euros e para

as não associadas de 200 euros.

Também em junho, a União Distrital promove a terceira edição do workshop «Gestão de vagas nas respostas da infância» (Creche, Educação Pré-Escolar e Centro de Atividades de Tempos Livres).

A formação compreende quatro módulos, que vão do Enquadramento legal e orientações aplicáveis à gestão de vagas abrangidas por acordo de cooperação (módulo 1); Procedimento de gestão de candidatura e admissão de utentes em vagas abrangidas por acordo de cooperação (módulo 2); Procedimento de gestão de candidatura e admissão de utentes em vagas não abrangidas por acordo de cooperação (módulo 3); e Procedimento de registo das frequências mensais de utentes, para as respostas sociais da infância, tendo em vista o pagamento das comparticipações familiares, incluindo a medida da gratuitidade (módulo 4).

Ministrada por Cláudia Dimitre, o workshop tem a duração de seis horas e o seguinte calendário: 4 de junho (das 9h00 às 13h00) e 8 de junho (das 19h00 às 21h00).

As associadas da UDIPSS Porto terão de despende 30 euros pela inscrição, enquanto para as não associadas o valor é 50 euros.

DANÇANDO COM A DIFERENÇA, FUNCHAL

INSUL'arts proporciona bolsas de criação a jovens artistas madeirenses

Desde do primeiro dia de abril que a Dançando com a Diferença lançou o seu programa de bolsas para jovens artistas regionais. O programa denominado de New Islands encontra-se integrado no INSUL'arts, um projeto financiado pelo Programa Cultura do EEA Grants, através do Connecting Dots – Mobilidade Artísticas e Desenvolvimento de Públicos, gerido pela Direção-Geral das Artes na qualidade de

parceiro do programa.

A atividade New Islands tem por linha central oferecer uma oportunidade de financiamento e mentoria artística e de produção a jovens artistas locais ou de origem regional que procurem lançar, ou dar continuidade ao progresso das suas carreiras artísticas, podendo, assim, contar com um processo de mentoria no âmbito da gestão artística, de produção e gestão de

atividades culturais, para além do apoio total na utilização da estrutura da Dançando com a Diferença e uma bolsa num valor até cinco mil euros.

Segundo o diretor artístico da Dançando com a Diferença, Henrique Amoedo, “o New Islands é um projeto que procura colmatar uma lacuna na formação e lançamento de jovens artistas na Região Autónoma da Madeira.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÔNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, N.º 10 - 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

CÂMARA DE LISBOA APROVA

Transportes públicos gratuitos para jovens e idosos

A Câmara de Lisboa aprovou por unanimidade a gratuidade dos transportes públicos na cidade para residentes jovens e idosos, anunciou o presidente da autarquia, Carlos Moedas.

Numa declaração aos jornalistas, no final da reunião do executivo que aprovou a proposta, Carlos Moedas disse esperar que a medida esteja em vigor, para os maiores de 65 anos, a partir de “junho ou julho” e, para os estudantes até aos 23 anos, em setembro, no arranque do próximo ano letivo, depois da aprovação da Assembleia Municipal e da concretização de alguns “passos tecnológicos”.

O autarca considerou que foi um “dia histórico” para Lisboa, destacando que só mais “duas ou três” cidades na Europa já avançaram com uma iniciativa destas, no âmbito da luta contra as alterações climáticas.

“Também é um dia histórico naquilo que eu quis trazer para a política, que é

a capacidade de fazer política com todos”, acrescentou Carlos Moedas, que governa a Câmara Municipal de Lisboa (CML) desde outubro, sem maioria.

O presidente da Câmara de Lisboa garantiu que a medida agora aprovada resultou de um trabalho de meses com todos os vereadores, que foram ajudando a construir e a melhorar a proposta. “Agradeço a todos porque sem eles não teria sido possível”, afirmou.

Para Carlos Moedas, esta é a “medida mais importante” do seu mandato, que “ficará na história da cidade”. “Dentro do legado que vai deixar este executivo, esta é a mais importante, é aquela que pode mudar a cidade, mudar a maneira como lutamos contra a carbonização que temos nas cidades, muito mais importante do que tudo o resto”, afirmou.

Além deste “efeito direto no combate às mudanças climáticas”, o autarca considerou que tem também uma relevância social

na conjuntura atual, de aumento dos preços e impactos da guerra na Ucrânia, que se seguem a dois anos de crise provocada pela pandemia de covid-19.

A proposta aprovada prevê um acordo entre o município e a empresa TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, válido até 31 de dezembro de 2025, e estabelece a gratuidade para jovens entre os 13 e os 18 anos, estudantes do ensino superior até aos 23 anos, incluindo a exceção dos inscritos nos cursos de medicina e arquitetura até aos 24 anos, e maiores de 65 anos, em que o requisito comum para todos é ter residência fiscal no concelho.

Desde 2017, as crianças até aos 12 anos já beneficiam de transportes públicos gratuitos em Lisboa, nas redes do Metropolitano e da Carris.

O documento prevê uma despesa máxima de 6,266 milhões de euros em 2022 e, para 2023, 2024 e 2025, até 14,9 milhões de euros para cada ano.



SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995

Novas versões

- US UNIDADES DE SAÚDE**
- PEM PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (CERTIFICADO SPMS)**
- CP CONTROLO DE PRESENCAS**
- PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC**
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO**
- PC PROCESSOS CLÍNICOS ERPI**
- UTC UTENTES CT (CERTIFICADO AT)**
- ASS ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS**
- GI GESTÃO DE IMÓVEIS**
- CNT CONTABILIDADE ESNL**
- IMO IMOBILIZADO ESNL**
- LAN LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE**
- ORD ORDENADOS**
- ORC MÓDULO ORÇAMENTOS**

- + de 40 aplicações**
- + de 900 clientes**
- Garantia de satisfação**
- Demonstrações grátis e sem compromisso**
- Assistência remota**
- Formação online**

Contacte-nos para orçamentos, demonstrações ou mais informação.

TELEFONE +351 253 408 326
TELEMÓVEL +351 939 729 729
EMAIL tsr@tsr.pt

ENCONTRE-NÓS EM **www.tsr.pt**

COVID-19

Vacinação pediátrica reforça solidariedade coletiva

O coordenador do núcleo de vacinação contra a covid-19 defende que a vacinação pediátrica vai ter um efeito a longo prazo na coesão entre gerações e que ajudou a reavivar o conceito de solidariedade coletiva.

“Vai ter efeito a longo prazo, que agora não conseguimos medir, muito benéfico para aquilo que é a percepção da importância da vacinação no nosso coletivo”, disse Carlos Penha Gonçalves.

Numa entrevista a propósito da Semana da Imunização, o responsável afirmou que, apesar de as decisões das autoridades sobre a vacinação terem por base a perspectiva do benefício individual, ainda se lembra de ver na televisão crianças a dizerem que se vacinavam (contra a covid-19) porque queriam ver os avós e queriam protegê-los.

“Eu lembro-me muito bem de ver crianças a serem vacinadas e aparecerem na televisão a dizer que estavam ali porque queriam estar com os avós e queriam proteger os avós”, afirmou, sublinhando: “É uma coisa que vai ficar na nossa coesão coletiva intergeracional”.

“Quando forem pais vão-se lembrar disto e vão provavelmente ter a mesma racionalidade que tiveram desta vez”, acrescentou.

Penha Gonçalves, que é doutorado em imunologia e investigador da Gulbenkian, considerou que a capacidade que a ciência mostrou, com o desenvolvimento de vacinas eficazes em tempo recorde, reforçou a importância da consciência coletiva e da proteção de toda a comunidade.

“A capacidade que a ciência demonstrou em reagir a um problema que ainda estava a

nascer, conseguindo combatê-lo com armas eficazes, veio dar uma credibilidade a toda esta consciência coletiva de que as vacinas realmente valem a pena”, afirmou.

A comprovar a valorização da ideia da proteção individual e coletiva conferida pelas vacinas está a maior procura de vacinas como a da gripe: “As pessoas que normalmente se vacinam [para a gripe] ficaram muito mais alertadas para as vantagens que tem a vacinação e isso aumentou a adesão à vacinação da gripe”.

“Também os profissionais de saúde aderiram muito mais à vacina da gripe. Aconteceu este ano e no ano passado”, recordou.

O responsável defendeu igualmente que é notório que, em todos os países onde a vacinação avançou, “a proteção das pessoas - especialmente as mais idosas, que morriam, que tinham doença grave - é muito grande e foi muito eficaz”.

Em muitos casos, lembrou: “esta eficácia foi maior do que muitas outras vacinas que conhecemos e trouxe uma credibilidade muito grande para um processo que historicamente temos como um processo valioso, mas que as pessoas individualmente estavam a desvalorizar”.

“É um bocado paradoxal, pois à medida que vamos introduzindo as vacinas, as doenças desaparecem e as pessoas começam a criar a ideia de que, como a doença não existe, não é preciso vacinar”, explicou o responsável, insistindo: “Não vemos as doenças porque vacinamos as pessoas”.

Aponta os casos, especialmente na Europa, de algumas doenças infecciosas em crianças que tiveram surtos, como o sarampo, e afirma: “A maior parte dos países que têm crianças na



Europa já não têm memória dessas doenças infecciosas porque foram protegidos pelas vacinas, mas isso não quer dizer que as doenças tenham desaparecido”.

“A prevenção em saúde é isso (...) as medidas que tomamos fazem com que elas [as doenças] se mantenham a níveis muito baixos, (...) e temos que as continuar a tomar”, concluiu.

Sobre o caso português, lembrou que há uma “cultura antiga de adesão à vacinação” e uma memória que “passa de geração para geração e que é importante continuar a passar”.

“A vacina é um ato individual, mas tem um reflexo coletivo (...) e, em sociedades em que esse cimento coesivo é mais visível, a vacinação foi mais fácil e Portugal é um exemplo”, considerou.

Penha Gonçalves realçou ainda que na sociedade portuguesa “o grande espírito de solidariedade foi bem visível na forma como as pessoas se vacinaram, para se proteger a si e aos outros” e concluiu: “Esta vacinação ajudou a reavivar esse conceito de solidariedade coletiva”.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA

Muitas instituições de solidariedade estão em risco de subsistência

O presidente da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), José Ornelas, alertou para a situação “preocupante” de muitas instituições de solidariedade social, admitindo existirem “muitas em risco” de subsistência.

A situação de muitos centros sociais, de apoio à terceira idade, nomeadamente, está a “preocupar extremamente” os membros do episcopado católico português, que, no decurso da Assembleia Plenária que decorreu em Fátima, ouviram o presidente da Comissão Episcopal da Pastoral Social e Mobilidade Humana, José Traquina, apontar “a preocupação que tem chegado dos Centros Sociais Paroquiais e outras instituições particulares de solidariedade social

(IPSS), quanto à sua viabilidade por dificuldades económicas, agora também a agravarem-se com a inflação”.

Segundo o presidente da CEP, há conhecimento de instituições que ainda não fecharam, porque não têm dinheiro para isso, tendo em conta as indemnizações que terão de pagar aos seus funcionários.

Depois de dois anos de pandemia, e “quando se pensava que se estava a ultrapassar a situação” de dificuldade, estas instituições foram confrontadas com os aumentos dos combustíveis e dos produtos de que necessitam para o seu funcionamento, devido à situação de instabilidade verificada devido ao conflito na Ucrânia.

Na ocasião, o presidente da Comissão Episcopal da Pastoral Social e Mobilidade Humana, aproveitou também para dar conta da “preocupação com o desequilíbrio na sociedade relativamente aos rendimentos entre os portugueses, agravado com a inflação nos bens alimentares, energia, gás e combustíveis”.

“O aumento do custo de vida e o expectável aumento dos juros são preocupações para as famílias e especialmente para quem está com despesas de mensalidades com habitação. Entretanto, na rede Cáritas regista-se um aumento de pedidos de apoio por parte das comunidades migrantes em vários pontos do país”, terá alertado o também bispo de Santarém.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



A inflação - O monstro mostra as garras

Como de costume, a política, o comentário no espaço público e a generalidade da comunicação social chegaram tarde ao problema. De repente, todos falam da inflação...

Pela minha parte, enviei para publicação neste espaço, faz agora justamente um ano, uma crónica com o título “quem tem medo da inflação?”.

O que estamos a ver agora já era mais ou menos notório há pelo menos um ano. A guerra na Ucrânia, as sanções económicas, a carestia das matérias primas energéticas e alimentares apenas aceleraram um processo que já vinha dos últimos quatro, cinco trimestres.

Nesta crónica não me vou preocupar com a atualidade ou com as perspetivas futuras do processo inflacionário – sobre isso já há muito quem fale - vou antes ocupar-me de ideias gerais que julgo podem ser úteis para a compreensão do fenómeno.

Tenho com este tema uma preocupação particular. O último surto inflacionista sério ocorreu nos anos 70/80 do século passado e foi controlado ao longo da década de 80. Só as pessoas com idade próxima dos 70 têm a experiência do que foi um ciclo inflacionista autoalimentado e do sofrimento que foi necessário para o controlar.

O que gostaria de aqui deixar claro, sobretudo para os que não têm experiência direta do monstro, é que a inflação, quando se torna endémica, é um mal terrível, um monstro que corrói a coesão social, que prejudica os que têm menos voz e poder e que deve ser combatido pelas políticas públicas.

Podemos definir inflação como uma alta generalizada dos preços.

Assim definida a inflação poderia não ser um mal por aí além. Imaginemos uma situação em que os preços sobem, de uma forma mais ou menos homogénea, digamos 5% e os salários e as pensões sobem igualmente cerca de 5%. Podemos dizer que ficamos todos numa situação de indiferença, o poder aquisitivo é razoavelmente constante e a distribuição social mais ou menos fixa.

Infelizmente os processos inflacionários reais estão longe da versão benigna acima descrita.

Desde logo a subida dos preços até pode ser generalizada, contudo nunca é homogénea. O poder na formação dos preços varia muito com os setores de atividade, com grau de monopolização das indústrias, com os níveis de regulação, etc. Ou seja, logo aqui há ganhadores e perdedores.

Depois é tudo menos garantido que os salários acompanhem a inflação. Em teoria até podíamos pensar num esquema automático, consignado nas leis públicas, de ajustamento dos salários à inflação: em teoria seria um exercício neutro e defendia os trabalhadores.

Não posso garantir que seja uma boa ideia. No ciclo inflacionista dos anos 70 do século passado muitos países optaram por esquemas

similares, por exemplo, Itália com a famosa “scala mobile”.

Os resultados foram desastrosos e ainda hoje Itália está a pagar os custos.

O problema é que combater os efeitos injustos da inflação com aumentos de salários (ou pensões) é como tentar apagar um fogo com gasolina. Maiores salários nominais implicam mais custos, que implicam mais preços que, por sua vez, implicam mais salários que, por sua vez, implicam mais...

É fácil ver o ciclo infernal...

Finalmente há um preço especial que temos de ter em conta – a taxa de juro.

Em teoria as taxas de juro nominais sobem quando a inflação sobe. Numa economia saudável as taxas de juro reais, ou seja, as taxas de juro nominais deduzidas da inflação, devem ser ligeiramente positivas.

Quando isso não acontece o dinheiro perde poder aquisitivo. Se tenho hoje mil euros que rendem, digamos 2%, mas os preços sobem 5%, ao fim de um ano a quantidade de bens e serviços que os mil euros podem comprar é menor que o que compram hoje.

Quando o dinheiro perde poder aquisitivo, quando as taxas de juro reais são negativas, tendemos a comprar hoje o que poderíamos comprar amanhã, o que é mais uma acha para a fogueira da inflação.

Igualmente importante é a questão dos balanços.

A inflação é um bônus para quem deve e um encargo para os que emprestam. Se empresto mil euros a um juro de 2%, recebo ao fim de um ano 1020 euros. Contudo, se os preços subiram 5%, precisaria de 1050 para ficar numa situação neutra, nem ganhar nem perder. De alguma forma estive a subsidiar o meu devedor.

Talvez a melhor forma de olharmos para a inflação e compreender as suas dinâmicas, seja como uma questão de poder e da forma como ele se distribui na sociedade, entre estado e privados, entre setores de atividade, empregadores e trabalhadores, entre pensionistas e trabalhadores no ativo, credores e devedores, etc.

A inflação não é inocente, é um processo terrível, justamente porque a distribuição de poder não é homogénea e, por isso, uma vez embebida nos processos sociais, a inflação tende a prejudicar os que têm menos poder.

Exemplos: os trabalhadores no ativo defendem-se melhor que os pensionistas. Os trabalhadores podem reivindicar, podem, no limite, fazer greve, os pensionistas não têm qualquer forma de se defender.

O estado ganha com a inflação porque é, em princípio, o maior devedor. Quem perde? Perdem os detentores de títulos com rendimento fixo, os aforradores que emprestaram ao estado e que vão receber capitais desvalorizados.

Poderíamos multiplicar os exemplos – a inflação deforma o tecido social, perturba a alocação de recursos, prejudica os mais fracos, em

suma, é um mal terrível que deve ser combatido por públicas adequadas.

Mas o que são políticas públicas adequadas?

Depende da origem do impulso inflacionista.

Se acreditarmos, guerra na Ucrânia à parte, que o impulso inflacionista veio das deslocções e desfasamentos entre oferta e procura gerados pela pandemia, até poderíamos dizer que o melhor é não fazer nada. À medida que as restrições impostas pela pandemia forem sendo eliminadas, oferta e procura voltarão ao equilíbrio e não passa nada.

Esta foi a tese defendida por muitos economistas e, sobretudo, pelos bancos centrais até há um par de meses.

O argumento, simplificando, corria assim: devido à pandemia as pessoas querem comprar coisas que a economia não consegue produzir em quantidade suficiente (mercadorias físicas, nomeadamente) mas poderia produzir mais de coisas que as pessoas não querem ou não podem comprar (serviços nomeadamente – não podemos ir ao cinema, aos restaurantes, fazer férias em hotéis, temos medo de ir a hospitais, etc.).

Como isto é temporário não devemos preocupar-nos excessivamente – o que o tempo trouxe, o tempo levará!

A este grupo deram o nome de “equipa do transitório”.

Mas sempre houve uma equipa adversária que eu chamei a equipa dos nervosos.

A equipa dos nervosos dizia que até pode ser verdade que o impulso inflacionista vem das deslocções e desfasamentos de oferta e procura gerados pela crise sanitária e até pode ser verdade que ao fim de algum tempo esses fatores desvançam.

Só que, mesmo que tudo o que diz a equipa do transitório seja verdade, isso não significa que não estejamos perante um problema sério. Falta introduzir a variável tempo, depende do tempo que o ajustamento levar, depende do impacto nas expectativas, do comportamento dos que têm poder de formação de preços, etc.

O que para já está claro, segundo a evidência empírica disponível, é que a equipa do transitório estava errada.

Não, não estamos perante um impulso temporário que se vai desvanecer com o tempo à medida que os impactos da pandemia forem desaparecendo. O monstro instalou-se, veio para ficar!

E, sendo assim, que fazer? Fica para a próxima crónica.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



Estado de alerta

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

PARA SE CUIDAR MELHOR DAS PESSOAS IDOSAS

Associação quer ensinar geriatria a médicos que acompanham idosos nos lares

Um grupo de especialistas em medicina interna ligados à geriatria vão criar uma associação para dar formação aos médicos que acompanham os idosos que estão em lares, que se estima serem mais de 125 mil.

O médico João Gorjão Clara, professor catedrático de Geriatria da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, lembra que as particularidades das pessoas idosas as tornam “diferentes da população adulta ou das crianças”.

“O reconhecimento de que era assim para as crianças tem mais de cem anos, quando se constituiu a pediatria, e não houve, na altura, da parte de nenhuma das pessoas das especialidades médicas, qualquer obstáculo ao reconhecimento de que as crianças tinham de ter uma abordagem própria”, observa o especialista em medicina interna. A Associação dos Médicos dos Idosos Institucionalizados (AMIDI) terá a sua sede no Instituto Nacional de Cardiologia Preventiva e pretende reunir todos os médicos que trabalham com idosos que estão nas Estruturas Residenciais para Idosos.

Dados do Instituto de Segurança Social referentes a 2021 indicam que existem mais de seis mil estruturas residenciais em Portugal, 3.500 das quais ilegais. Nestas últimas residirão 35 mil pessoas. Gorjão Clara diz que o essencial é que as condições de assistência a estes idosos sejam as melhores e que os médicos que os assistem tenham uma formação sólida em geriatria.

A AMIDI também pretende também fazer com que as regras de constituição destas estruturas obriguem à contratação de um médico, causa pela qual desenvolverão contactos junto da Ordem dos Médicos e do Ministério da Saúde. “Não há qualquer lei que obrigue a contratar médico. Obriga a contratar enfermeiro, mas não médico. Numa [o médico] vai uma vez por semana, noutras duas vezes, noutras vai quando é chamado e nalguns casos quando o doente precisa é enviado para as urgências. É esta a realidade”, explicou.

O especialista foi até Outubro coordenador do grupo de estudos de geriatria da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna, tendo coordenado e organizado formações a médicos que dão assistência a idosos em lares. “Sentia que os médicos que dão apoio aos idosos institucionalizados não têm formação específica e, portanto, não podem otimizar essa assistência (...) que é muito particular”, considerou, recordando um estudo, publicado em 2018, que concluiu que os idosos institucionalizados têm maior taxa de depressão e solidão do que os que vivem na comunidade.

“Só isto já é preocupante, se a assistência médica não é otimizada isso agrava a situação”, acrescentou. A ADIMI será uma associação pioneira na Europa, assinala o mesmo especialista, pois só nos Estados Unidos existe uma instituição do género, que reúne médicos que dão apoio a idosos

nestas instituições.

Gorjão Clara lamenta que em Portugal não exista a especialidade de geriatria, como acontece na maior parte dos países da Europa. Os médicos que fazem formação nesta área e nela trabalham podem ter no entanto esta competência reconhecida pela Ordem dos Médicos. Além de Portugal, só a Grécia não tem esta especialidade médica, assinala, acrescentando que a sua criação teve sempre resistência de colegas de outras especialidades e que, se no início, quando a cadeira começou a ser lecionada na faculdade (em 2010) apareciam apenas sete ou oito alunos, a situação começa a ser diferente.

“É preciso ser muito resiliente”, observa, acrescentando: “A pouco e pouco, sobretudo as gerações mais novas dos médicos vão aprendendo que a geriatria é muito importante e que têm de ter formação sólida nesta área e vão aparecendo, quer nos cursos pós graduados que no núcleo de estudos de geriatria da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna que organizamos, quer noutras ações de formação”.

E apesar da palavra geriatria ter cem anos, dá um exemplo bem atual dos “anticorpos” que tem: “Ainda hoje, a cadeira na faculdade não se chama Geriatria, mas sim Introdução às Doenças do Envelhecimento”.

“Mas o que se aprende é exatamente o mesmo que em qualquer escola médica da Europa, em países onde a geriatria já é uma especialidade”, afirmou, acrescentando que, em Espanha, a Sociedade de Geriatria existe desde 1978 e, em França, desde 2000.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL